



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
AMAZÔNIA



TAHNITY HAARAD MOURA CHAVES

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM
MARAPANIM-PA.**

Belém, Pará

2018

TAHNITY HAARAD MOURA CHAVES

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM
MARAPANIM-PA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Rosana Quaresma Maneschy.

Co-orientador: Prof. Dr. Wagner Luiz Ramos Barbosa.

Área de Concentração: Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local.

Belém, Pará

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C512p CHAVES, TAHNITY HAARAD MOURA.
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MARAPANIM-PA. / TAHNITY
HAARAD MOURA CHAVES. — 2018.
125 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Rosana Quaresma Maneschy.
Coorientação: Profª. Dra. Wagner Luiz Ramos Barbosa
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém,
2018.

1. Desenvolvimento local. 2. Gestão municipal. 3. Políticas Públicas. 4. PNAE. 5. Organização Social. I.
Título.

CDD 630

TAHNITY HAARAD MOURA CHAVES

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM
MARAPANIM-PA.**

Dissertação apresentada para a obtenção do
Título de Mestre em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da
Universidade Federal do Pará
Área de Concentração: Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local.

Defendido e aprovado em: 15/06/2018

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof.^a. Dra.^a. Rosana Quaresma Maneschy.
Orientadora, NUMA/ UFPA.

Prof. Dr. Mario Vasconcellos Sobrinho.
Examinador interno, PPGEDAM/ NUMA/ UFPA

Prof.^a. Dra.^a. Tatiana Deane de Abreu Sá.
Examinadora externa, EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL.

*Dedico às flores que embelezam, colorem,
perfumam e iluminam o meu jardim, a minha vida:*

*À minha mãe, Francisca Moura;
Às minhas irmãs Ariela Rosane e Tahmilys Savanne;
À minha sobrinha Ana Clara.*

Com muito amor e resiliência.

AGRADECIMENTOS

A educação no Brasil é um direito para todos, mas poucos são os que tem acesso. Concluir uma pós graduação gratuitamente infelizmente é um privilégio de poucos. Foram dois anos de mestrado, anos compreendidos que não caminhamos sozinhos, precisamos do apoio, do afeto, do carinho, do conhecimento de outras pessoas para continuarmos a jornada repleta de desafios, de percalços, perdas, alegrias e conquistas. Confesso que pensei em desistir, mas hoje percebo que a vida exige que sejamos resilientes e que por mais difícil que seja, a dificuldade sempre terá sua temporalidade, com isso, sou grata a todos que de certa forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a Deus, a todos os seres e anjos de luz que me guiaram e me deram forças. Somos partes do meio ambiente, estamos conectados com tudo que tem vida e para isso é necessário energia, equilíbrio emocional, material e espiritual.

Gratidão à minha mãe Francisca Moura por ser a minha referência de ser humano, humildade, simplicidade, de caráter e acima de tudo, é meu grande amor. Mamãe é a pessoa essencial na construção dos meus valores, do meu caráter. Sempre está ao meu lado me incentivando, encorajando, estimulando a prosseguir e não desistir.

Às minhas irmãs que muito amo, Ariela Rosane e Tahmilys Savanne que mesmo em Recife-PE, me motivam para eu seguir, ir avante. À minha sobrinha Ana Clara, paixão e luz em minha vida. Ao meu amigo e namorado, Assis Maia pela parceria e presença nas minhas lutas e conquistas. Aos meus familiares de Recife (tia-mãe, tias, primos e primas), gratidão.

Aos meus amigos: Roberto Cristo, sempre presente, participando de cada etapa e conquista. Aos meus queridos vizinhos Josy e Zilomar Pereira, por concederem o uso da *internet* para a realização das pesquisas e estudos. Ao Heverson, pela hospedagem em Brasília e pelo notebook para que eu concluísse a escrita da dissertação. À todos os meus amigos que contribuíram para que eu conseguisse ir aos eventos para apresentação de trabalhos durante o mestrado.

À Floram Engenharia, por ter proporcionado oportunidade e experiência em colaborar na empresa e conseqüentemente obter recursos para fincar os custos com deslocamento, alimentação durante a pesquisa no município de Marapanim. Realizar pesquisa no Brasil sem bolsa, sem incentivo financeiro é praticamente desmotivador, complicado, é necessário ter muita força de vontade, determinação e acima de tudo, coragem para querer contribuir na transformação de uma sociedade justa, igualitária.

Aos meus amigos que conquistei durante o mestrado e que serão para toda uma vida, em especial a Maria Augusta e família, que disponibilizaram a casa para ser o meu porto em Marapanim. À Mônica Ribeiro, pelas risadas e caronas diárias. À Ellen Naiara pelas noites conversando, tirando dúvidas e encorajamento mútuo para seguir. À Simone Carla, ao Aldo Leite.

Ao PPGEDAM/NUMA- UFPA pela oportunidade do mestrado. À todos os professores do programa, em especial ao professor Dr. Otávio Canto, grande ser humano, sensível, prestativo, gratidão eterna.

À minha orientadora Dr^a. Rosana Maneschy, por ter aceitado me orientar.

Às estagiárias do Laboratório do NUMA, ao meu querido amigo Daniel Sombra, responsável técnico na elaboração dos mapas que contribuíram na pesquisa, sem contar das inúmeras palavras de força que me estimulavam a ir avante.

À EMATER do município de Marapanim, em nome do Wilson Rodrigues, pessoa que contribuiu bastante no desenvolvimento da pesquisa e que sempre esteve disponível em disponibilizar as informações.

À Cássia Pereira, nutricionista responsável pelo PNAE do município de Marapanim, que foi maravilhosa em fornecer dados, informações importantíssimas para o desenvolvimento da pesquisa.

À Secretaria de Agricultura de Marapanim, em nome da gerente de gabinete Márcia e do secretário Madson pela receptividade e informações.

À COOPVIMA, em nome do presidente, Roberto, pessoa de coração grande que me recebeu em sua residência enquanto realizada a pesquisa na comunidade e a todos os agricultores e agricultoras da cooperativa que contribuíram com as informações.

Desde já, tenho uma gratidão infinita a todas as pessoas que andaram comigo nessa jornada, aqueles que rezaram, oraram por mim, emanaram luz em minha vida. Meu muito obrigada!

EFÍGRAFE

“A terra pertence à humanidade [...] é propriedade de uso e de trânsito [...] Não pode ser um calvário de pobreza, de tristeza e de melancolia. A terra é um instrumento de libertação, instrumento daquilo que se faz com paixão e com poesia e não somente um negócio”.

Pepe Mujica

“Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem-terra, sem agricultura”.

Ana Primavesi.

“[...] Não é utopia pensarmos que a alimentação é um elemento para mudar o mundo. Mudança no campo político, econômico, social e ambiental”.

Bela Gil

RESUMO

A aquisição de alimentos via mercado institucional, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) tem incentivado o consumo de produtos da agricultura familiar local, de grupos organizados como associações e cooperativas para fornecer alimentação saudável e com qualidade para os alunos da rede pública de ensino. A Agricultura Familiar é primordial para o fornecimento de alimentos as mesas das famílias em todas as regiões do Brasil e do mundo. Esta pesquisa teve como lócus o município de Marapanim, no estado do Pará. A pesquisa teve como objetivos: 1) Identificar os sujeitos envolvidos com a execução do PNAE no município de Marapanim; 2) Identificar as organizações sociais envolvidas com a Agricultura familiar no município; 3) Caracterizar o perfil da produção de alimentos da agricultura familiar no município via chamada pública do PNAE; 4) Elaborar diagnóstico da organização social que forneceu alimentos via chamada pública no município; 5) Elaborar Nota Técnica (NT) para auxiliar a gestão municipal na funcionalidade do PNAE em Marapanim e dessa maneira promover o desenvolvimento local a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar local. A pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo de caso, que teve como lócus a categoria produtiva agricultura familiar do município de Marapanim através da Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar de Vila Maú (COOPVIMA), com ênfase na produção de alimentos para subsidiar o PNAE e a gestão municipal. Para tal, foi utilizado o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) com as ferramentas da Linha do tempo, Calendário Agrícola e Fortaleza Oportunidade Fraqueza Ameaça (FOFA). Dessa forma, foi identificado que o PNAE é uma ferramenta ao desenvolvimento local a partir da inserção da agricultura familiar como fornecedora de alimentos saudáveis para a alimentação dos alunos, para isso, é imprescindível que a gestão municipal e os sujeitos envolvidos com o PNAE tracem perspectivas de caminharem juntos para mudar a realidade do município, seguindo as diretrizes e os objetivos estabelecidos no programa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local. Gestão municipal. Políticas Públicas. PNAE. Organização Social.

ABSTRACT

The acquisition of food from institutional markets, such as the National School Feeding Program (PNAE) has been encouraged the consume of local products grown by group of family farmers that be organized in associations or agricultural cooperatives to provide healthy and quality food for the students enrolled in public schools. The family farming it's primordial for the supply of foods for the families in all brazilian regions and around the world. This studye had as objectives: 1) Identify the execution and effectivity of PNAE related to the municipal management; 2) Identify the social organizations involved with the local family farmers and the production profile of the foods growned; 3) Elaborate PNAE and family farming diagnose to guide the municipal managers to purchase the production of foods growned by family farmers to contribute with the local development (economic and social). The research was developed in the city of Marapárim located in the brazilian state of Pará and consists of a case study about the family farming, from Cooperative Agro-industrial of the Family Farming of Vila Maú (COOPVIMA), with emphasis in the foods production in order to subsidize the PNAE and the municipal management. For this purpose was used the Participative Rural Diagnose (DRP) and the following tools: Time Line, Agricultural Calendar and Strengths Weaknesses Opportunities Threats (SWOT). In that way, it was identified that the PNAE is a tool for local development from the insertion of family farming as a provider of healthy food for students, however, it is essential that municipal managers and people involved with the PNAE develop actions joint to change the reality of the municipality following the guidelines and objectives established by the program.

KEYWORDS: Local development, Municipal management, Public policies, PNAE, Social organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Recursos do FNDE para a alimentação escolar no Brasil de 1990- 2015.....	28
Figura 2: Unidades de lavouras permanentes em hectare (ha) no Brasil, no estado do Pará e no município de Marapanim no Censo agropecuário do ano de 2006.....	30
Figura 3: Unidades de lavouras temporárias em hectare no Brasil, no estado do Pará e no município de Marapanim no Censo agropecuário do ano de 2006.	31
Figura 4: Mapa de localização do município de Marapanim, no estado do Pará.	46
Figura 5: Recursos financeiros do PNAE em Marapanim, anos de 2008- 2017.....	50
Figura 6: Mapa de localização das comunidades (44) onde estão inseridas as escolas que recebem a alimentação via PNAE, Marapanim, Pará.....	56
Figura 7: Mapa das rotas de distribuição de alimentos para as escolas das comunidades atendidas pelo PNAE, Marapanim-PA.....	59
Figura 8: Repasse do FNDE para a compra de gêneros alimentícios da Agricultura familiar nos anos de 2011-2014 em Marapanim-Pa.....	61
Figura 9: Percentual de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar ao PNAE nos anos de 2011-2014, Marapanim-Pa.	62
Figura 10: Sujeitos que forneceram produtos da agricultura familiar via PNAE em Marapanim nos anos de 2011 a 2017.	70
Figura 11: Mapa de localização da COOPVIMA para a sede do município e para a capital do estado.....	72
Figura 12: Oficina do DRP com a ferramenta Linha do tempo.....	74
Figura 13: Linha do tempo dos agricultores de Vila Maú.....	75
Figura 14: Escolaridade dos agricultores.....	76
Figura 15: Tipo de propriedade que os agricultores cultivam os alimentos.....	77
Figura 16: Tipo de mão de obra utilizada na propriedade.	78
Figura 17: Quantidade de cooperados que praticam o “corte e queima” em suas propriedades.....	78
Figura 18: Período em que os agricultores iniciaram a prática agrícola em Marapanim.	80
Figura 19: Técnicas de manejo agrícolas praticada nas propriedades.....	81

Figura 20: Produtos da agricultura familiar entregues para o PNAE em Marapanim pelos agricultores.	82
Figura 21: Quantidade de agricultores que conhecem o PNAE.	83
Figura 22: Hortas de quintal com cultivo de hortaliças.	88
Figura 23: Plantio de feijão de corda.	89
Figura 24: Plantio de mamão consorciado com macaxeira	90
Figura 25: Preparo de mudas de mamão.	90
Figura 26: Transporte com produtos da agricultura familiar da Vila Maú para serem entregues nas feiras dos municípios do entorno e para Belém.	91
Figura 27: Corte e queima em área de capoeira para plantio.	92
Figura 28: Forno para produção de carvão vegetal.	93
Figura 29: Feira coberta do município.	94
Figura 30: Bancas de vendas em frente a um supermercado no município.	95

QUADROS

Quadro 1: Relação de informantes chave por categoria pesquisada.	43
Quadro 2: Comunidades e quantidades de escolas atendidas pelo PNAE em Marapanim.	54
Quadro 3: Produtos da agricultura familiar inseridos no cardápio escolar no período de 2013 a 2017.	64
Quadro 4: FOFA da organização social -COOPVIMA.	83
Quadro 5:FOFA da cooperativa em relação ao PNAE.	85
Quadro 6: Calendário agrícola dos agricultores da COOPVIMA.	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar solicitado via chamada pública no município de Marapanim para o atendimento de 11.396 alunos em 56 escolas no ano de 2018.	65
Tabela 2: Cardápio do ano de 2018 para a Alimentação Escolar via PNAE em Marapanim	66
Tabela 3: Associações e Cooperativas do município de Marapanim- Pará, categoria Agricultura Familiar.	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AF	Agricultura Familiar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAR	Cadastramento Ambiental Rural
COOPVIMA	Cooperativa Agroindustrial de Vila Maú
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Fortaleza Oportunidade Fraqueza e Ameaça
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LARC	Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
ODS	Objetivos ao Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAAE	Secretaria de Abastecimento de Água e Esgoto
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SEMAS/PA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade- Pará

UFPA

Universidade Federal do Pará

USAID

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE SÍMBOLOS

ha Hectare

Kg Quilograma

un. Unidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
Políticas Públicas e a inserção da Agricultura Familiar no Brasil.....	23
1.1.2 O PNAE e Agricultura Familiar	29
1.1.3 A Agricultura Familiar e a Agroecologia	34
1.2 A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: GESTÃO E O USO DOS RECURSOS NATURAIS.	37
2 METODOLOGIA.....	41
2.1 Passos da pesquisa	41
2.2 Levantamento de dados secundários	41
2.3 Levantamento exploratório da agricultura familiar e a funcionalidade no município.	42
2.4 Levantamento sobre o fornecimento de produtos ao PNAE pela cooperativa que foi selecionada pela chamada pública.	44
2.5 Área de estudo	45
3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM.....	49
3.1 O PROCESSO DE COMPRA DE ALIMENTOS PARA O PNAE	49
3.2 O PNAE E A GESTÃO MUNICIPAL	53
3.4 O PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR DE MARAPANIM	60
4 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM MARAPANIM.....	69
4.1 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE VILA MAÚ.....	69
4.1.1 Linha do tempo construída com os agricultores da COOPVIMA.....	73
4.1.2 Aspectos socioeconômicos e uso da terra	76
4.1.3 Cooperativa.....	83

4.1.4 Calendário agrícola dos agricultores da COOPVIMA	85
4.1.5 A diversificação produtiva da agricultura familiar	88
4.1.6 As relações de vendas dos agricultores de Vila Maú e entorno	91
4.2 O USO DOS RECURSOS NATURAIS: A PRÁTICA DO “CORTE E QUEIMA”	92
4.3 AS RELAÇÕES DE VENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO E A FIGURA DO “ATRAVESSADOR”	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	110
APÊNDICE A	111
APÊNDICE B.....	112
APÊNDICE C	114
APÊNDICE D	117
APÊNDICE E.....	119
APÊNDICE F	121

INTRODUÇÃO

Com o conjunto de normas regidas através da Constituição Federal de 1988, o Brasil avança em um modelo de gestão descentralizado e participativo na formulação de políticas públicas na democratização das ações do governo para o povo. Neste momento, as políticas públicas tomam vez no cenário brasileiro.

A partir dos anos 1990 foram implantadas diversas políticas públicas demandadas pela categoria produtiva agricultura familiar, em 1996 surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que cria a categoria de agricultor familiar, proporcionando a visibilidade deste sujeito perante aos direitos que o asseguram no campo e como cidadão, além de dar apoio técnico e financeiro.

As políticas públicas federais para a Agricultura Familiar (AF) têm sido importantes na promoção do desenvolvimento local, sobretudo na Amazônia. Uma vez que visam à melhoria de vida dos agricultores, que além dos aspectos produtivos, e segundo Gavioli (2001), tem se voltado para o uso de práticas agroecológicas e à conservação dos recursos naturais. Dentre as políticas de aquisição de alimentos estão as ações de Segurança Alimentar Nacional para que as pessoas tenham acesso a alimentação adequada.

Essas políticas têm sido importantes na promoção de desenvolvimento local a partir da formulação e implementação de ações do governo de Segurança Alimentar Nacional (SAN) para atender ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o acesso as linhas de créditos através do PRONAF. Neste contexto, a aquisição de alimentos via mercado institucional, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) tem incentivado o consumo de produtos da agricultura familiar local, de grupos organizados como associações e cooperativas.

O PNAE vem sendo aprimorado ao longo dos anos e tem o objetivo de fornecer alimentação saudável e com qualidade para os estudantes “respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013” (FNDE, 2017a).

O incentivo do consumo de produtos da agricultura familiar local se justifica pela promoção ao incentivo da produção de diversos produtos valorizando os aspectos sociais,

culturais, ambientais, econômicos e políticos para o fornecimento de alimentos de qualidade, saudável para a alimentação escolar.

A Agricultura Familiar é primordial para o fornecimento de alimentos as mesas das famílias em todas as regiões do Brasil e do mundo. Os alimentos são consumidos de acordo com a demanda na sazonalidade de produção, de clima e da cultura. A comida une as pessoas, cria laços de afetos, trocas de experiências, e é nessa relação com a terra, que os agricultores familiares possuem a sua identidade, se veem territorializados, se identificam com sujeitos integrantes e importantes para a produção de alimentos e vida.

A Lei Federal nº 11.947/09 “estabelece que pelo menos 30% dos recursos dos programas de aquisição de alimentos sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar”. No âmbito municipal, verifica-se que na região Norte o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e o PNAE tem sido um incentivo à produção agrícola, a geração de renda e ao desenvolvimento local (HONDA et al. 2016; SANTANA et al., 2017; SCHRÖDE, 2010). Porém, existem municípios com dificuldades em utilizarem esse recurso, que vai desde entraves referentes a falta de políticas intersetoriais na gestão municipal, até a participação da sociedade civil (BRAGA; AZEVEDO, 2012).

No estado do Pará os valores de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) via PNAE tem diminuído nos anos de 2011 a 2014. Sendo que o percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar aumentou de 3% para 15%, respectivamente (FNDE, 2016).

De acordo com as diretrizes do PNAE, a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para abastecer o programa deve ser de no mínimo 30%, porém, grande parte dos municípios no Brasil não atingem a meta por não ter contingente de produção, sendo necessário a compra ser realizada em outros municípios (FNDE, 2017b).

Com isso, é importante o levantamento das informações relacionadas a produtividade do município para determinar a potencialidade de demanda e oferta da produção, como se dá a execução do PNAE no âmbito institucional e com os sujeitos envolvidos no fornecimento dos alimentos.

O fornecimento de alimentos da agricultura familiar em todo o Brasil é uma realidade cada vez mais crescente, o intuito do PNAE é que os municípios sejam

autossuficientes na diversificação de produtos, que ofereça alimentos frescos e com segurança aos atendidos, valorizando os hábitos alimentares locais e a promoção do desenvolvimento local.

Essa pesquisa teve como lócus o município de Marapanim no estado do Pará, que tem sua economia voltada para o turismo¹, cultura, pesca e agricultura. O município se localiza na região nordeste do estado, com uma predominância de uma agricultura voltada para a categoria familiar com a produção diversificada de produtos como frutas, raízes e verduras.

A escolha do município de Marapanim como lócus de estudo se deu pela oportunidade de ter conhecido um grupo de mulheres erveiras (Erva Vida) que produzem fitoterápicos à base do conhecimento local e daí ter uma aproximação com a comunidade local sobretudo no aspecto da produção de medicamentos naturais e alimentares, tal como abastecimento dos alimentos que chegam para os alunos do município quanto da população.

Durante as visitas ao município e conversas com os gestores locais, foi identificado que no município a logística tem sido um desafio para o escoamento da produção agrícola local. Os agricultores encontram-se isolados entre ramais, que dificultam o escoamento dos produtos e conseqüentemente ficam vulneráveis a figura do atravessador².

Em Marapanim, nos últimos anos, tem verificado uma dificuldade para o fornecimento de alimentos via agricultura familiar ao PNAE, em relação a caracterização, quantidade e demanda ao potencial agrícola e a gestão municipal na execução das chamadas públicas para o fornecimento de alimentos para alimentação escolar.

Dessa forma, considerando o PNAE como uma política pública de desenvolvimento local sustentável que incentiva o consumo de alimentos saudáveis na

¹ O município de Marapanim é considerado a capital do Carimbó (é uma dança de origem indígena com influências africanas e ibéricas, típica da região amazônica). Com isso, além de suas belíssimas praias como a do Crispim e Marudá, igarapés, mangues, culinária marcante e a cultura voltada para o Carimbó, o município atrai durante o ano todo muitos turistas, sendo considerada uma das rotas mais procuradas pelos veraneios no período do verão amazônico que é entre os meses de julho a dezembro. Ver mais em: <<http://turismoparaense.blogspot.com.br/2015/01/9-festival-do-carimbo-de-marapanim.html>>. 2015. Acessado em 06 fev de 2018.

² Na Amazônia é também conhecido como o “marreteiro”, figura que se apresenta nas comunidades, realiza acordos de preço da produção com o agricultor, o ribeirinho, o pescador, o agroextrativista e leva para ser negociado com altos preços nas áreas de comercialização, muito comum em feiras e mercados. Embora este sujeito seja visto com maus olhos pela questão de que existe uma subordinação de quem fornece o produto e não é recompensado com o preço “justo”, em muitas comunidades, por falta até mesmo de organização social, o atravessador é importante para que os produtos sejam escoados.

alimentação escolar com destaque para os produtos provenientes da agricultura familiar, surge o seguinte questionamento: **Como o PNAE tem sido implementado no nível municipal de Marapanim?**

Para responder esse questionamento, a pesquisa tem como:

- Objetivo geral:

Analisar o processo de implementação do PNAE no município de Marapanim, tomando como referência a gestão do programa em nível local, as organizações envolvidas e o perfil da produção de alimentos.

A pesquisa trilhou os seguintes passos, especificamente:

- 1) Identificar os sujeitos envolvidos com a execução do PNAE no município de Marapanim;
- 2) Identificar as organizações sociais envolvidas com a Agricultura familiar no município;
- 3) Caracterizar o perfil da produção de alimentos da agricultura familiar no município via chamada pública do PNAE;
- 4) Elaborar diagnóstico da organização social que forneceu alimentos via chamada pública no município;
- 5) Elaborar Nota Técnica (NT) para auxiliar a gestão municipal na funcionalidade do PNAE em Marapanim e dessa maneira promover o desenvolvimento local a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar local.

O interesse em pesquisar o PNAE com a transversalidade com a agricultura familiar em Marapanim, se deu pela falta de informações na literatura referentes ao PNAE no município de Marapanim e o fornecimento de alimentos as escolas por meio da agricultura familiar, assim como pela falta de organização das informações na gestão municipal e secretarias municipais, referentes a produção local da agricultura familiar que possa subsidiar o fornecimento de alimentos as escolas. Dessa forma, a pesquisa surge com o intuito de disponibilizar informações, dar visibilidade a produção de alimentos que assegurem a segurança alimentar e nutricional via agricultor familiar e organização social,

sendo instrumento para auxiliar a gestão municipal na execução e cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Marapanim.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que “é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil” (FNDE, 2017b) e completou 63 anos em 2018 atendendo mais de 42 milhões de alunos (MEC, 2018). O PNAE é uma das políticas públicas do Brasil mais atuante ao combate a fome e a insegurança alimentar nas escolas. Dessa forma o PNAE exerce a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade, assegurando os direitos assistidos na Constituição de 1988 (SANTOS, 2016).

A desnutrição foi por muito tempo a principal problemática nacional no que diz respeito a nutrição, mas ao longo dos anos surgiram iniciativas de Programas Sociais como o Fome Zero³ e outros programas de combate a este problema de saúde pública amenizando o cenário de desnutrição nas diferentes regiões brasileiras (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2017).

O PNAE é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo em atividade, sendo referência aos países da América Latina. Possui uma participação muito importante para os 17 Objetivos ao Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Lei Complementar n.º131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, incentiva à participação da sociedade:

“I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”

³ Foi um programa que tinha como proposta a Segurança Alimentar brasileira criado em ou 2003 pelo ex presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o programa Fome Zero a agricultura familiar teve um papel importante para subsidiar alimentos que atendessem ao objetivo do programa que é a erradicar o máximo possível da pobreza no país, geração de renda e emprego, reforma agrária entre outras políticas estruturais.

O auge de redemocratização no Brasil, obteve ápice a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (MOTA JUNIOR, 2013), que trouxe em destaque a importância da participação, intervenção e interferência das pessoas nos assuntos relacionados ao Estado (DIEGUES, 2012), “ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local” (ROCHA, p.131, 2008).

Todos os níveis de poderes públicos são obrigados a assegurar a participação da sociedade em todas as etapas da construção e execução das políticas públicas. As políticas públicas estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da seguinte forma: Plano, Programas, Ações e Atividades.

No Brasil, as políticas públicas possuem um papel primordial ao acesso aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Por meio das políticas públicas, foi que nas últimas três décadas, a sociedade brasileira pode desfrutar de programas que agregaram oportunidades a população brasileira para a geração de renda, autonomia financeira, direito a terra, a moradia, a segurança alimentar e nutricional, entre outros planos e programas de âmbito federal, estadual e municipal que atende de certa forma os direitos de cidadania.

Dentre as Políticas Públicas do Brasil que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, tem o objetivo de fornecer alimentos para a alimentação escolar dos municípios do Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988, a alimentação escolar passa a ser direito constitucional. Até ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar, este programa passou por diversas mudanças nominais e estruturais. No início, ele surgiu como uma proposta assistencialista na década de 1930 de cunho particular, ao qual eram distribuídas caixas com gêneros alimentícios para algumas escolas. A partir da década de 1950, por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que iniciou a pensar em um modelo de programa de alimentação escolar público e de âmbito nacional. O programa de alimentação escolar por alguns anos foi financiando por recursos de outros programas, em destaque para o da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar, assim como de programas da FAO (Organização das Nações

Unidas para Agricultura e Alimentação) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Só a partir de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública por vez dos programas oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal (FNDE, 2012a).

Os repasses de recursos para o PNAE provém do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que é direcionado a todos os municípios do país, sendo que os valores⁴ não são os mesmos, pois varia com a quantidade de alunados matriculados nas escolas. O repasse é feito mensalmente, em dez parcelas, acompanhando o calendário letivo do município e pode ser acompanhado pelo site do FNDE⁵ no portal da transparência.

A Prefeitura, juntamente com a Secretaria de Educação municipal e a nutricionista do município elaboram o cardápio da alimentação escolar. A partir da formulação do cardápio é que deve ser realizada a compra dos alimentos que serão utilizados para a alimentação escolar, via chamada pública ou compra direta com os agricultores. É exigido que no mínimo 30% das compras dos alimentos para a alimentação dos alunos seja realizada da Agricultura Familiar (AF)⁶, de comunidades tradicionais, associações, cooperativas ou grupos organizados de preferência, municipal (FNDE, 2012).

⁴ O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07 / Pré-escola: R\$ 0,53/ Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64/ Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36/ Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32/ Ensino integral: R\$ 1,07/ Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00 e Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Valores atualizados e disponíveis na página do PNAE: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acessado em 05.02.2018.

⁵ Os repasses do FNDE aos municípios para o PNAE são realizados em 10 parcelas mensais de acordo com o censo letivo do ano anterior e que podem ser acompanhados pela sociedade no site: <http://www.fnde.gov.br/>.

⁶ O termo Agricultura Familiar foi definido a partir da Lei nº 11.326/2006 que dispõe: Art. 3º: Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2o São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam

O PNAE orienta que a elaboração dos cardápios sejam realizadas de acordo com os hábitos alimentares locais, e a produção agrícola do município. Dessa forma, esse programa favorece o incentivo aos resgates dos alimentos locais como forma de valorizar a soberania alimentar e atender as exigências nutricionais dos alunos. Com isso, favorece a produção de alimentos da agricultura familiar para serem fornecidos de forma mais natural, sem adição de conservantes e de produtos industrializados, tendo em vista que uma grande preocupação de saúde pública é a incidência de problemas de saúde como a obesidade, doenças relacionadas a maus hábitos alimentares e a falta de atividades físicas.

Grande parte dos alimentos demandados pelos editais e cardápios para a alimentação escolar são industrializados. O Brasil no ano de 2017 assinou um compromisso com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para diminuir o consumo de refrigerantes e produtos industrializados nas cantinas das escolas brasileiras (OMS, 2017). Os pais e as mães têm o papel primordial de exigir nas escolas que a alimentação seja saudável e que atenda às necessidades nutricionais dos filhos. Daí a importância do emponderamento da sociedade civil estar organizada para acompanhar e demandar as políticas públicas.

As diretrizes do PNAE, favorecem que sejam fomentadas as iniciativas de produção de alimentos para o fornecimento da alimentação escolar, provenientes do âmbito local, com isso ocasionando, portanto, uma livre circulação de bens e serviços no município, concedendo as famílias da zona rural a permanência no campo. Este estímulo e apoio através de programas para a agricultura familiar possibilitam a implementação de ações municipais de Segurança Alimentar Nacional (SAN) que promovem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e ao Desenvolvimento local.

A Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, define as diretrizes para a alimentação escolar:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Mediante a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, é determinado que no mínimo 30% do recurso federal seja destinado para a compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, podendo ser também de comunidades tradicionais como quilombolas, agroecológicos e produtos orgânicos. O grande desafio do PNAE é que os

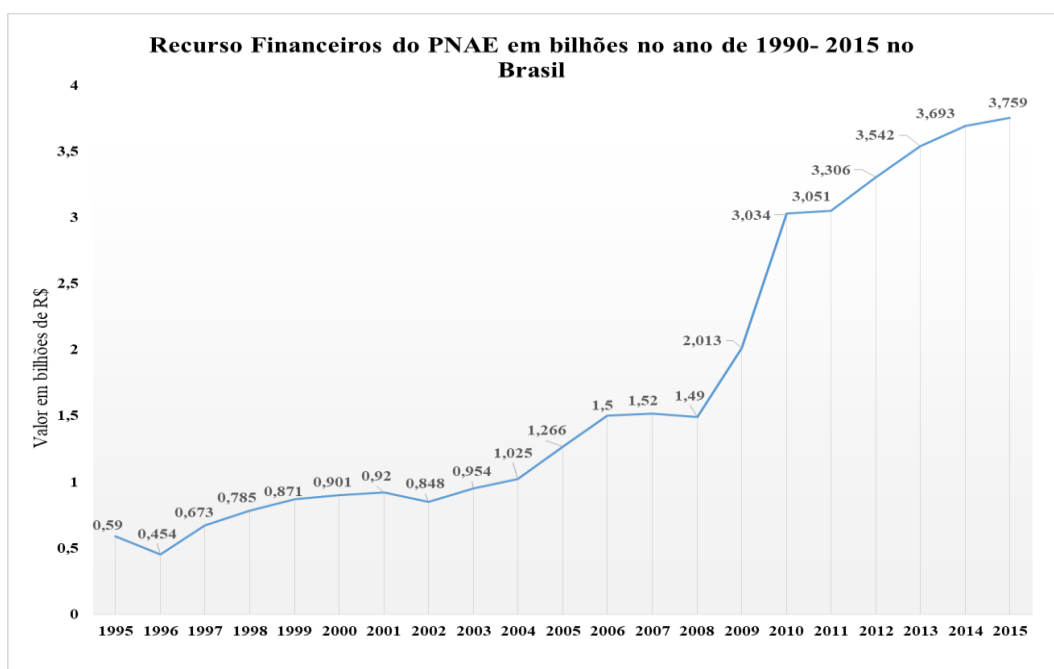
produtos da agricultura familiar estejam mais presentes nas refeições das escolas, valorizando esta categoria familiar que por muito tempo tem sido resistência de luta no campo e na cidade.

Em relação aos recursos financeiros pelo FNDE a Lei nº 11.9470 de 16 de junho de 2009 presume que:

“Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

De acordo com os dados do FNDE, os recursos financeiros para a alimentação escolar tem aumentado desde a década de 1990 até o ano de 2015 (Figura 1).

Figura 1: Recursos do FNDE para a alimentação escolar no Brasil de 1990- 2015.



Fonte: FNDE, 2018. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>>. Adaptado pela autora, 2018.

Os repasse são realizados de acordo com as devidas prestações de contas do município para o Governo Federal, pois o objetivo é a educação e permanência dos alunos nas escolas do Brasil. Os repasses como prescrevem a Lei são realizados de acordo com:

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios

1.1.2 O PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR

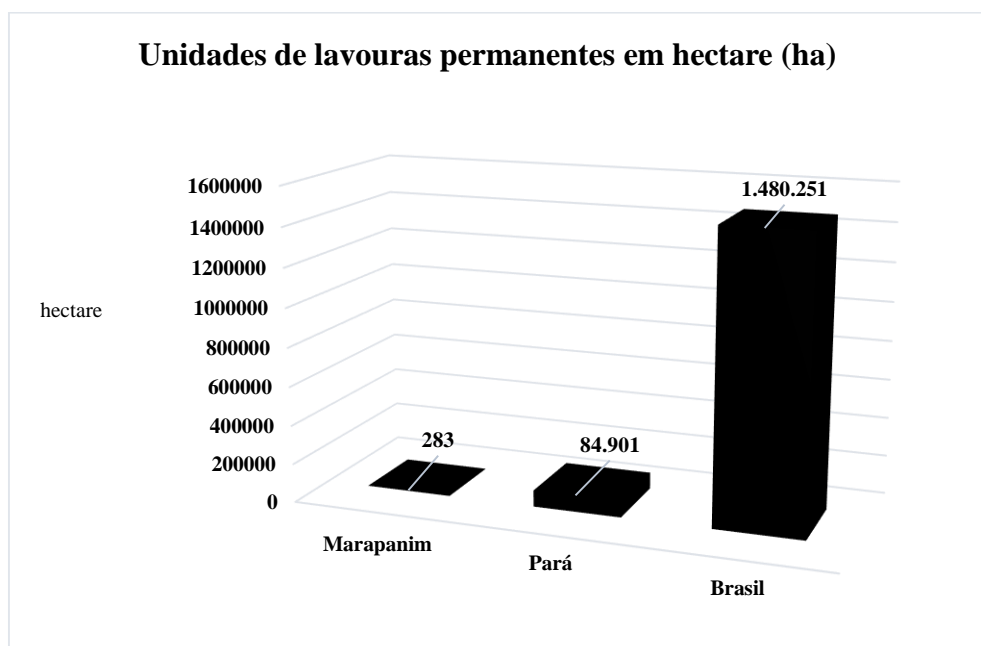
O PNAE tem envolvido mais de 34 mil agricultores familiares no Brasil. O número de agricultores familiares que destinam a sua produção para a venda ao PNAE cresceu 63% entre os anos de 2012 e 2016 (BRASIL, 2017).

O PNAE atende no município de Marapanim 58 escolas da rede municipal e duas (2) escolas da rede estadual. Em média existem 11.396 alunos/ano distribuídos nas categorias escolares: Creche, Pré-escolar, Ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio e Educação Especial⁷ (FNDE, 2017).

⁷ No caso do município de Marapanim, até março o ano de 2018, não constava na Secretaria de Educação, a matrícula de alunos que tenham atendimento especial conforme determina o MEC- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, ver em: < http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>.

Segundo o Censo Agropecuário (2006), o Pará em relação ao Brasil, dos 84.901 hectares de lavouras destinadas as lavouras permanentes⁸, somente 5,7% das propriedades é ocupada em relação ao Brasil e o município de Marapanim em relação ao estado do Pará dos 283 hectares, 0,3% são destinados as lavouras permanentes (Figura 2).

Figura 2: Unidades de lavouras permanentes em hectare (ha) no Brasil, no estado do Pará e no município de Marapanim no Censo agropecuário do ano de 2006.



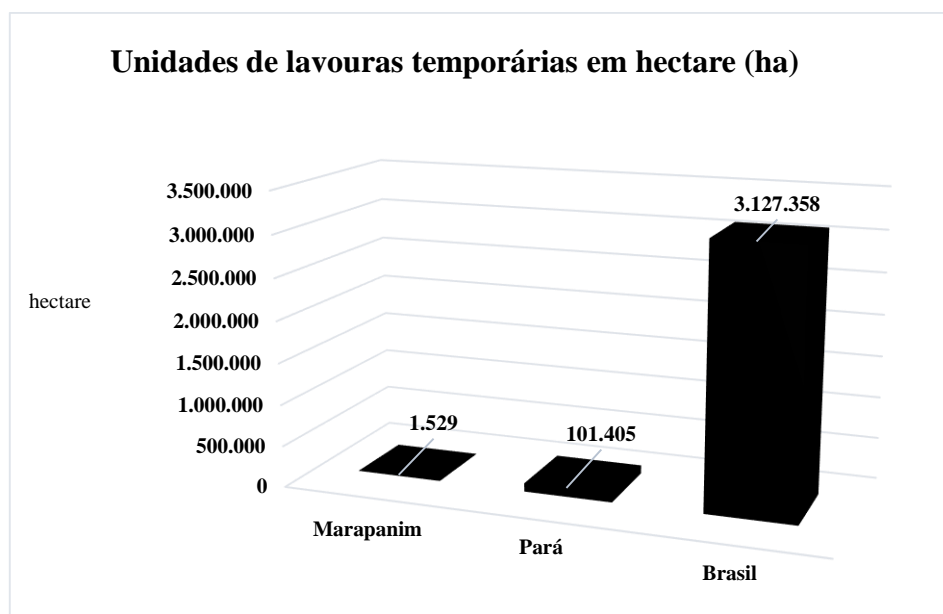
Censo Agropecuário IBGE, 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/pesquisa/24/27745?localidade2=0&localidade1=15>, Adaptado pela autora, 2018.

Censo Agropecuário (2006), o Pará em relação ao Brasil, dos 101.405 hectares de lavouras destinadas as lavouras temporárias, ocupa 3,2% em relação ao Brasil e o município de Marapanim em relação ao estado do Pará dos 1.529 hectares, 1,5% são destinados as lavouras temporárias (Figura 3).

Porém, a nutricionista do município elabora o cardápio para atender a estes alunos caso sejam matriculados no decorrer do ano.

⁸ As lavouras permanentes correspondem ao plantio de cultura de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos como a cultura da pimenta do reino, o cupuaçu, o cacau.

Figura 3: Unidades de lavouras temporárias em hectare no Brasil, no estado do Pará e no município de Marapanim no Censo agropecuário do ano de 2006.



Censo Agropecuário IBGE, 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/pesquisa/24/27745?localidade2=0&localidade1=15>. Adaptado pela autora, 2018.

A agricultura familiar no Censo Agropecuario (2006), ocupava em média 84% dos estabelecimentos agropecuarios em relação a agricultura não familiar (DIEESE, 2011). Com isso, a AF é primordial para o abastecimento dos alimentos que chegam as mesas da população brasileira (BRASIL, 2017).

Santos (2016), afirma que o fornecimento de alimentos para o PNAE no contexto da agricultura familiar as vezes pode ser a única alternativa para escoar a produção dos alimentos, ocasionando dificuldade na inserção destes produtos aos mercados. Todas as funções da agricultura convergem para o território. A própria função econômica dá cada vez mais importância aos produtos locais e à sua referência ao território.

Para Grisa e Schneider (2014) o PNAE tem contribuído para a valorização dos produtos locais, regionais, de produção orgânica, agroecológica, e de comunidades quilombolas e indígenas.

Silva et al (2015) ressalta que a busca por hábitos mais saudáveis vem crescendo nas últimas décadas, com isso deve levar em consideração a importância de valorizar o resgate, e o incentivo ao consumo por alimentos que venham da floresta, do campo. A

sociobiodiversidade das comunidades tradicionais traz a proposição do fornecimento de alimentos saudáveis, da inserção de tecnologias sociais locais e os saberes para a alimentação das pessoas de forma saudável (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2018). Nessa perspectiva, tem se buscado o fortalecimento de uma agricultura voltada aos princípios agroecológicos.

As dificuldades que as famílias do meio rural do Brasil tem para permanecerem no campo são realizadas por inúmeros determinantes, dentre eles, destaca se a ineficiência e/ou falta de acompanhamento das políticas públicas, aumentando dessa forma a migração do campo da cidade de famílias e principalmente da juventude rural (NASCIMENTO et al., 2017) a alternativa por melhores oportunidades, essa problemática tem aumentado principalmente a lógica do modelo de agricultura que é empregada no Brasil, com incentivos ao monocultivos, utilização de agrotóxicos (DOMINGUES et al., 2004) práticas que degradam o meio ambiente, ocasionam o desmatamento da floresta que são refletidas diretamente no território e nos povos tradicionais.

A desvalorização do modo de produção dos pequenos agricultores é refletido nas políticas públicas, dentre elas, as linhas de créditos que tornam muito burocráticos o acesso, a quantidade de documentos solicitados, a ausência e/ou pouca orientação de assistência técnica (CONTAG, 2017; PAULA, GOMÉZ e TRACZ, 2017; SILVA, 2013).

Sem incentivo a reforma agrária, ausência do Estado e faltas de políticas públicas para o campo, os agricultores familiares acabam cedendo a pressão do mercado fundiário, abandonam, vendem e perdem as terras pelo endividamento aos bancos por falta de linhas de créditos, presença do estado e assistência técnica adequada (CARVALHO, 2010; MELO, 2017), quando não arrendam as suas propriedades para grandes empresas, se deslocando para os centros urbanos a procura de emprego e moradia, ocasionando o que acontece nos grandes centros urbanos o êxodo rural, proporcionando um problema estrutural do território dos centros urbanos (PLINIO, 2005).

Folhes *et al* (2016) e Carvalho (2012) ressaltam que com o incentivo de programas do Governo Federal, a partir da década de 1970 houve uma intensificação do uso das terras ocasionando e iniciando os grandes conflitos agrários no Brasil, em destaque para

a região Amazônica, fronteira agrícola em expansão e intensificação da exploração dos recursos naturais. Região utilizada como estratégia de expansão do capital financeiro internacional e exploração dos recursos florestais, minerais, hídricos (criação das maiores usinas hidrelétricas do país).

Silveira e Balem (2004) no período que explodiu a Revolução Verde na década de 1950, houve uma crescente utilização de métodos, denominados de “pacotes tecnológicos” para a agricultura que não passaram de modelos de técnicas prontas para serem reaplicadas no campo, sem levar em consideração a diversidade social, cultural, fatores ambientais distintos. Intensificando no país o fomento das indústrias que se instalaram no país, principalmente os fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação e alta mecanização no campo.

Para Rosset e Martínez-Torres (2012) a agricultura camponesa é baseada no cultivo de ciclos curtos com uma alta descentralização de produção e comercialização dos alimentos, na valorização dos ecossistemas regionais e locais, contrapondo ao agronegócio, que possui um viés voltado nas relações de empresas, multinacionais, elevado consumo de insumos e agrotóxicos, com uma produção voltada exclusivamente ao lucro, sem contexto local ou regional. No mesmo espaço existe uma disputa de território entre os pequenos como os grandes produtores com o objetivo de buscar na terra a alternativa de satisfazer os seus interesses e necessidades individual e/ou coletivo.

Uma parte da agricultura familiar da Amazônia realiza a prática da agricultura do corte e queima, que é uma maneira de corte da vegetação secundária (capoeira) e logo em seguida queima a vegetação que foi cortada, provocando em muitas áreas o pousio migratório ou até mesmo o abandono de áreas e que com o passar dos anos o solo não torna-se mais produtivo como antes, pois a vida que existia no solo foi destruída (SÁ et al., 2006-2007). Existe um entendimento por parte dos agricultores que incorporam a técnica do fogo em suas propriedades de que além de eliminar o capim, o solo fica enriquecido para receber a cultura a ser cultivada através das cinzas que ficam.

Costa (2006) contrapõe essa prática adotada muito na região Norte, pois ele afirma que esse método utilizado na agricultura, o corte e queima e com o pousio da terra para regeneração do solo no período de 2-5 anos não é suficiente para regenerar o solo e toda a biodiversidade existente nele, além de não apresentar avanços na produção alimentar,

com isso, coloca em risco a segurança alimentar a soberania alimentar e a degradação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Com as diversas alternativas de produção estabelecidas no campo, o que tem se observado é o avanço das fronteiras agrícolas para a produção de monocultivos (BALSAN, 2006). Em contrapartida a esse modelo convencional, as práticas agroecológicas vem conquistando adeptos, fortalecendo as cadeias dos pequenos produtores que à muito tem desenvolvendo o resgate dos modos de produção de maneira mais equilibrada com o uso dos recursos naturais, economia solidária, com a equidade entre homens e mulheres, com a valorização do saber da cultura local e principalmente, inserir as pessoas no processo do desenvolvimento local.

1.1.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA

Para a Vila Campesina, o conceito de agroecologia vai muito além dos princípios ecológicos e produtivos, ele perpassa ao campo das ações sociais, culturais e políticas. “A agroecologia é uma prática transdisciplinar que tem seu foco na atividade agrária sob uma perspectiva ecológica” (ROCHA et al., 2016). Este protagonismo da agroecologia no campo agrícola e nas políticas públicas é que torna relevante a discursão para o fornecimento de alimentos aos alunos das escolas públicas do Brasil. A agroecologia tem um papel importante para que o PNAE continue com o objetivo de fornecer alimentos saudáveis com uma ressalva ao resgates alimentares locais para os alunos das escolas.

Sicard (2009) define que a agroecologia é uma ciência ambiental no manejo dos agroecossistemas, que discute os aspectos políticos e sociais inseridos dentro da agricultura, que para ele, é uma atividade complexa, que não é somente voltada para a produção de alimentos. A agricultura é o campo para a produção de fibras, energias, tecnologia a base dos saberes e uso dos recursos naturais, geração de renda para o homem do campo e da cidade.

Para a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)⁹:

⁹ Ver em: www.aba-agroecologia.org.br/wordpress/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/.

“Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise – apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável”.

PETERSEN, 2009 destaca que:

“[...] a agroecologia é apresentada como um enfoque científico que fornece as diretrizes conceituais e metodológicas para a orientação de processos voltados à refundação da agricultura na Natureza por meio da construção de analogias estruturais e funcionais entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas (PETERSEN, 2009, p.9)”.

Para a agroecologia, o conhecimento é valorizado seja por parte agricultor-agricultor, agricultor- técnico, agricultor- pesquisador para a construção do saber-fazer por meio do compartilhamento de experiências e vivências.

Para Gliessman (2001):

“[...] a agroecologia é uma metodologia, que quando aplicada mais amplamente, pode nos ajudar a examinar o desenvolvimento histórico de atividades agrícolas em uma região e a determinar a base para selecionar práticas mais sustentáveis adaptadas àquela região” (GLIESSMAN, 2001. p.54)”.

Altieri (1989) e Guzmán (2002) definem a agroecologia como uma ciência em construção, multidisciplinar, que agrega o conhecimento científico das academias, quanto o conhecimento popular. Sevilla Guzmán e Martínez Alier (2006) demonstram que a agroecologia se apresenta como uma resposta ao modelo atual de industrialização que degrada o meio ambiente e provoca escassez dos recursos naturais.

Para Primavesi (2008), a “Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais”, ou seja, a

agroecologia depende da sabedoria dos sujeitos que estão inseridos na agricultura, por meio das experiências vividas no meio rural e a observação e na prática diária, levando a construção do saber e fazer agroecológico, sem isso, a agroecologia estaria repetindo os modelos convencionais de produção e de vivência agrícola.

É importante que o agricultor tenha a autoconfiança das experiências com a agricultura, resgatando o método da observação e experimentação, pois o que ocorre com a maioria das assistências técnicas é um modelo de produção já pronto, não levando em consideração as características físicas, biológicas, climáticas do lugar.

Para Altieri (2010) as pequenas propriedades agrícolas de camponeses e agricultores familiares são responsáveis pela diversificação de alimentos que abastecem todo o mundo, sendo que embora a plantação seja em pequena escala em comparação as grandes extensões de monocultivos, é nas faixas pequenas que se produzem mais, além de serem as que realizam o uso da terra e dos recursos hídricos e florestais com mais responsabilidade e sustentabilidade.

Continuando o que Altieri (2010) trata, a agroecologia surge no cenário com a possibilidade de melhorar a produtividade dos pequenos sistemas agrícolas frente ao modelo convencional que tem dificuldade de resistir as mudanças climáticas, dessa forma a agroecologia na agricultura familiar é uma alternativa para agregar o conhecimento científico, o popular sobre as plantas, o solo, os animais e a vida.

O Brasil tem avançado em políticas públicas que integram a agricultura no cenário nacional, principalmente voltado para inserção de modelos de produção com o viés da sustentabilidade, justiça social, equidade de gênero, respeito e valorização dos saberes como a agroecologia. No ano de 2012 a partir do Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 foi instituído a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica¹⁰ (BRASIL, 2012), sendo que um dos principais instrumentos desta política é o Plano Nacional de

¹⁰ Com o “objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”.

Agroecologia e Produção orgânica¹¹ (Planapo), conhecida sob a denominação de Brasil Agroecológico.

O que se tem observado desde o I Planapo (2013 -2015) até o II Planapo (2016-2019) é um conjunto de ações de políticas que agregam investimentos para a agricultura, além de incentivos e articulações entre agentes públicos e privados voltados para a agroecologia. O plano tem intensificado estreitar as relações entre os estados e os municípios no âmbito de incentivar e fortalecer os sistemas de produção sustentáveis (CIAPO, 2013; BRASIL AGROECOLOGICO, 2016).

Dessa forma, o PNAE por ser uma programa intersetorial, que abrande outras políticas públicas, outros programas, está diretamente relacionado com o Planapo, no que tange ao incentivo a agricultura familiar para a produção agroecológica e orgânica e o fornecimento de alimentos para os alunos da rede pública. A importância da intersectorialidade da alimentação escolar perpassa na exigência de profissionais de diversas áreas, na participação da organização social, gestores, ministérios e secretarias do governo. Por ser um programa que possui uma cadeia estruturante de bastante complexidade que atende desde a utilização do solo, dos recursos naturais, esclarecimento de direitos e deveres como cidadão, logística e principalmente na gestão.

1.2 A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: GESTÃO E O USO DOS RECURSOS NATURAIS.

O enfoque local do desenvolvimento aparece nos anos 1980, depois de questionamentos tanto da escala nacional como a regional na implementação de políticas

¹¹ “O Planapo assume as diretrizes definidas na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: são elas: - Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. – Promover o uso sustentável dos recursos naturais. – Promover a conservação e recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseado em recursos renováveis. – Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal. – Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e variedades locais tradicionais ou crioulas. – Ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica”. Ver em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

e programas de desenvolvimento. A abordagem política e social foi incorporada ao longo dos anos devido centralizarem o desenvolvimento somente no aspecto econômico, ocasionando um conflito entre o crescimento e desenvolvimento, duas análises bastante distintas e que podem ou não se cruzarem. O que se tem observado é que nem sempre quando um país cresce economicamente, significa que ele está se desenvolvendo.

A perspectiva do desenvolvimento vai muito além da economia, pesquisadores e especialistas no assunto vem trazendo uma reflexão sobre esta temática, como se dá o desenvolvimento e de que forma ele tem influenciado na vida das pessoas e na utilização dos recursos naturais.

Vasconcellos (2013) ressalta o debate de que o desenvolvimento é um processo que não tem fim, que se transforma com o tempo e a sociedade. Portanto, é uma abordagem multidisciplinar e ao contrário do que se tem verificado ao longo da história é preciso analisar todas as nuances existentes para que se deseja alcançar o desenvolvimento.

De certo é que todo o momento estamos passando por processos de transformações, de desenvolvimento, embora nem sempre seja positivo. A proposta é identificar quais as melhores alternativas que possibilitem o desenvolvimento de forma positiva e que consiga agregar as pessoas e utilização dos recursos naturais no contexto

Vázquez Barquero (1999) retrata que o território é agente de transformação, neste espaço territorial acontecem as diversas transformações sociais, econômicas, culturais e políticas. Tratado como um novo paradigma, a ideia da territorialidade está centrada na obtenção de bem-estar econômico, social e cultural, com a participação ativa da comunidade local e da mobilização de seus recursos, dessa forma, a reestruturação das economias rurais, baseada na melhoria das oportunidades com objetivos prioritários para o desenvolvimento rural.

Segundo Amaral Filho (1995), do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de assimilação da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local ou de outras regiões. Esse processo tem como

resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Dessa forma, pegando o engenho de Amaral Filho e conectando com a práxis do desenvolvimento local, observa-se que é preciso que exista um querer interno de melhorias de uma comunidade para caminhar e algo maior, para alcançar o desenvolvimento local, é necessário antes mesmo que os sujeitos compreendam a importância de estarem organizados é necessária para o desenvolvimento local.

Oliveira (2001) o desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso. Entende-se cidadania o direito ao acesso às políticas públicas, condições de bem-estar e melhoria na qualidade de vida.

Maglio (2000), conceitua a gestão ambiental como a condução, direção e controle governamental do uso dos recursos naturais, que pode ocorrer através de instrumentos diversos. Nessa perspectiva é que a agricultura familiar vem como uma possibilidade de propor o desenvolvimento local.

Os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988). Boisier (1988) como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos sujeitos locais. Conseqüentemente as relações existentes entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente dando sentido a um processo de ocupação.

Não deixa de ser surpreendente a velocidade com que ganha espaço público e legitimação a assertiva de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, um modelo de desenvolvimento rural que beneficia uma parcela que tem acesso às políticas públicas e ao financiamento de créditos. Mais do que isto, reorientar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas.

A partir do momento em que houve alterações na forma de gestão do Estado no início da década de 1990, sobretudo com o incremento do papel das recém-criadas agências de regulação e da descentralização de algumas políticas públicas federais,

fazendo com que os governos locais ganhassem novas atribuições, daí destaca se o PNAE, com financiamento do Governo Federal e gerenciado a nível municipal de acordo com as demandas e hábitos alimentares locais.

A descentralização da gestão à nível nacional para o municipal do PNAE, proporcionou que os municípios tenham autonomias para o cumprimento das diretrizes do programa e inserir práticas e hábitos alimentares a nível local. A gestão é primordial para que as políticas públicas possam ser colocadas em práticas, ao mesmo tempo, que também pode ser o gargalo da não funcionalidade.

Quando se refere ao desenvolvimento, a agricultura e o uso dos recursos naturais desempenham um dos principais eixos do desenvolvimento rural. A organização social dos agricultores em cooperativas, associações representa um espaço público de articulação e um poder local para fazer frente às demandas externas e para valorização da produção local no mercado globalizado. O papel da estrutura de organização dos sujeitos locais é primordial para amenizar os conflitos e a busca de melhores condições de vida, geração de renda, valorização da identidade dos agricultores.

Os recursos locais são as principais fontes de trabalho e renda para a agricultura familiar. As frutas, verduras, grãos, raízes e os animais que vivem e crescem em ambientes diversificados fornecem a população diferentes tipos de alimentos, cada um com sua própria identidade, agregando valor econômico, cultural, social e político.

2 METODOLOGIA

2.1 PASSOS DA PESQUISA

A pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo de caso, que teve como lócus a categoria produtiva agricultura familiar do município de Marapanim através da Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar de Vila Maú (COOPVIMA), com ênfase na produção de alimentos para subsidiar o PNAE e a gestão municipal, para compreender a efetividade do PNAE no município. Essa estratégia para pesquisa empírica, segundo Yin (2010) deve ser empregada para investigar “um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares”.

Foram identificadas os sujeitos relacionadas ao fornecimento de alimentos para as escolas do município, descreveu-se a cadeia estruturante do fornecimento de alimentos até os alunos, a gestão municipal, a partir da abordagem qualitativa. Essa análise objetivou a “[...] descrição completa da situação investigada [...] com a perspectiva de apresentar novos olhares, novas perspectivas de compreensão [...]” (ARAÚJO, 2008) sobre a agricultura familiar e o PNAE no município.

Este estudo constituiu-se em três etapas: 1) Levantamento de dados secundários sobre a agricultura familiar e o PNAE; 2) Levantamento exploratório da agricultura familiar e a funcionalidade no município; e 3) Levantamento sobre o fornecimento de produtos ao PNAE pela cooperativa que foi selecionada pela chamada pública.

2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Na primeira fase, um levantamento prévio de dados secundários a partir de 2009¹², a saber: Foram analisados os documentos oficiais no Portal da Transparência e das duas Chamadas Públicas do ano de 2017 e 2018 para a compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar do município de Marapanim disponibilizado pelo técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município e as pautas

¹² Quando foi regulamentada a Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009, destinando no mínimo 30% da aquisição de alimentos para a alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar

da Nutricionista à Prefeitura para o edital da chamada pública da agricultura familiar, relatório do FNDE referente a prestação de contas¹³, aos recursos financeiros para a alimentação escolar, repasse para o PNAE no município de Marapanim, Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA).

No levantamento de campo e documental, foram identificadas as organizações sociais ativas e presentes no município. Foi identificada a participação de uma Cooperativa que ganhou a primeira Chamada Pública do município¹⁴ para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. A partir dela, foi feito um levantamento de informações, como o histórico da cooperativa e da agricultura no município, participação de políticas públicas, organização social, levantamento socioeconômico e produtivo. A COOPVIMA foi selecionada em 2017, mas já havia fornecido produtos da agricultura familiar através de venda direta a prefeitura.

A pesquisa de campo foi realizada de março de 2017 a fevereiro de 2018 para caracterização dos sujeitos envolvidos na atividade, a observação das práticas agrícolas e levantamento da produção agrícola. Na ocasião das entrevistas com informantes chave (Gestores municipais da secretaria de agricultura e agricultores familiares indicados pela prefeitura), foram utilizadas questões abertas para colher informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre e consentido¹⁵.

2.3 LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A FUNCIONALIDADE NO MUNICÍPIO.

Na segunda etapa, foi realizada um levantamento exploratório no mês de março de 2017 com a Secretaria de Agricultura para compreender o funcionamento da agricultura do município e relacionar os sujeitos envolvidos no PNAE em Marapanim.

¹³FNDE, liberações e consultas gerais, disponível em: www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc. Acessado em 04 de mar de 2018.

¹⁴ Até o mês de março de 2017 o Edital para a Chamada Pública não havia sido disponibilizado publicamente e durante a pesquisa de campo foi solicitado que a prefeitura disponibilizasse o edital, mas a mesma não atendeu ao pleito.

Para identificar as principais culturas cultivadas no município pelos agricultores familiares e os entraves para a comercialização dos produtos da agricultura familiar no município, acesso as políticas públicas e venda na feira municipal.

A partir desse levantamento exploratório, foram elaborados roteiros específicos para realização de entrevistas¹⁵ (Quadro 1) e questionários com perguntas abertas e fechadas com coleta *in loco* no período de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018. Foram 4 roteiros, a saber: a) Agricultor Familiar (APÊNDICE C), b) Instituições: Secretaria de Agricultura, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Cooperativa da agricultura familiar, Associação da agricultura familiar (APÊNDICE D), Secretário de Educação (APÊNDICE E) e a Nutricionista (APÊNDICE F).

Quadro 1: Relação de informantes chave por categoria pesquisada.

CATEGORIA	INFORMANTE CHAVE	QUANTIDADE	ABORDAGEM
Agricultura familiar	Agricultor familiar	9	Produção agrícola, entendimento e participação no PNAE no município e uso da terra.
Gestores	Nutricionista	1	Funcionalidade do PNAE, critérios adotados na elaboração do cardápio para inserir produtos <i>in natura</i> , produção, organização dos agricultores, relação dos agricultores com os gestores locais, organizações sociais existentes e ativas.
	EMATER	1	
	Secretaria de agricultura	1	
	Secretaria de educação	0	
Organização social*	Sindicato	1	Produção agrícola, entendimento e participação no PNAE e organização social.
	Associação	1	
	Cooperativa	2	
Conhecimento Local	Moradora de Marapanim	1	Localização das comunidades na formulação dos Mapas.

Fonte: Levantamento em campo, 2017.

¹⁵ Para a coleta de informações com as pessoas através da realização de entrevista, aplicação do questionário e das ferramentas do DRP, as pessoas assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos (APÊNDICE A e APÊNDICE B).

As questões dos roteiros foram elaboradas a partir das Cartilhas do PNAE¹⁶ e versaram sobre questões socioeconômicas, gestão municipal, gestão da cooperativa, participação no PNAE, assim como as dificuldades e oportunidades que esse programa tem oferecido, quais práticas de uso da terra tem sido feitas, produção realizada, quantidade e quais produtos foram fornecidos para a alimentação escolar, elaboração de cardápio, logística de transporte, abastecimento e meio ambiente.

Com as informações obtidas no levantamento de dados secundários e de campo com os informantes chave foram elaborados mapas temáticos pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Os mapas foram elaborados com o *Software* ArcGIS 10.2, a partir dos dados vetoriais (*shapefiles*) disponibilizados em repositório institucionais (IBGE¹⁷, ITERPA¹⁸, SEMAS-PA¹⁹) bem como dados vetoriais construídos a partir de informações levantadas em campo (localização das comunidades e rotas de abastecimento). Os dados vetoriais foram trabalhados na escala 1:300.000, sob a orientação do *datum* SIRGAS-2000, com a projeção cilíndrica simples e sistemas de coordenadas geográficas.

Os mapas temáticos versaram sobre a localização do município, a localização das comunidades onde estão inseridas as escolas que recebem a alimentação via PNAE, e as rotas de distribuição de alimentos para as escolas das comunidades.

2.4 LEVANTAMENTO SOBRE O FORNECIMENTO DE PRODUTOS AO PNAE PELA COOPERATIVA QUE FOI SELECIONADA PELA CHAMADA PÚBLICA.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP), foi realizado no dia 27 de janeiro de 2018 na Vila Maú, com 9 cooperados da Cooperativa Agroindustrial de Vila Maú, foram realizados entrevista e questionário com perguntas abertas e fechadas, foram utilizadas as

¹⁶ Ver Cartilhas do PNAE em: www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas.

¹⁷ Foram obtidas as malhas municipais do repositório do IBGE.

¹⁸ Foram obtidas as rodovias e as sedes municipais do repositório do ITERPA.

¹⁹ Foram obtidas a hidrografia do repositório da SEMAS-Pará.

metodologias: Fortaleza, Oportunidades, Franqueza e Ameaça (FOFA), Linha do tempo e Calendário Agrícola.

A FOFA, segundo Verdejo (2006), tem como objetivo de identificar, analisar e visualizar a situação dos agricultores familiares para possibilitar uma análise sobre as fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionados a organização social, no caso o contexto da produção de alimentos para subsidiar ao PNAE. Foi realizada a ferramenta FOFA para a Cooperativa tanto nos aspectos de compreender a organização social, como a relação da cooperativa com a venda para o PNAE.

A Linha do tempo contribuiu para resgatar fatos, compreender as mudanças dentro de um contexto histórico (FERREIRA et al., 2012) como a situação local, o modo de vida da comunidade e a produção agrícola ao longo do tempo, essa metodologia é importante para fazer um levantamento de informações à luz dos envolvidos do local. A ferramenta teve início com perguntas tipo: Quando iniciou a agricultura na comunidade? Quando a cooperativa foi fundada? Quais os acontecimentos que marcaram a história da comunidade na atividade agrícola? Existe algum cultivo que não se produz mais na comunidade e outros que foram introduzidos?

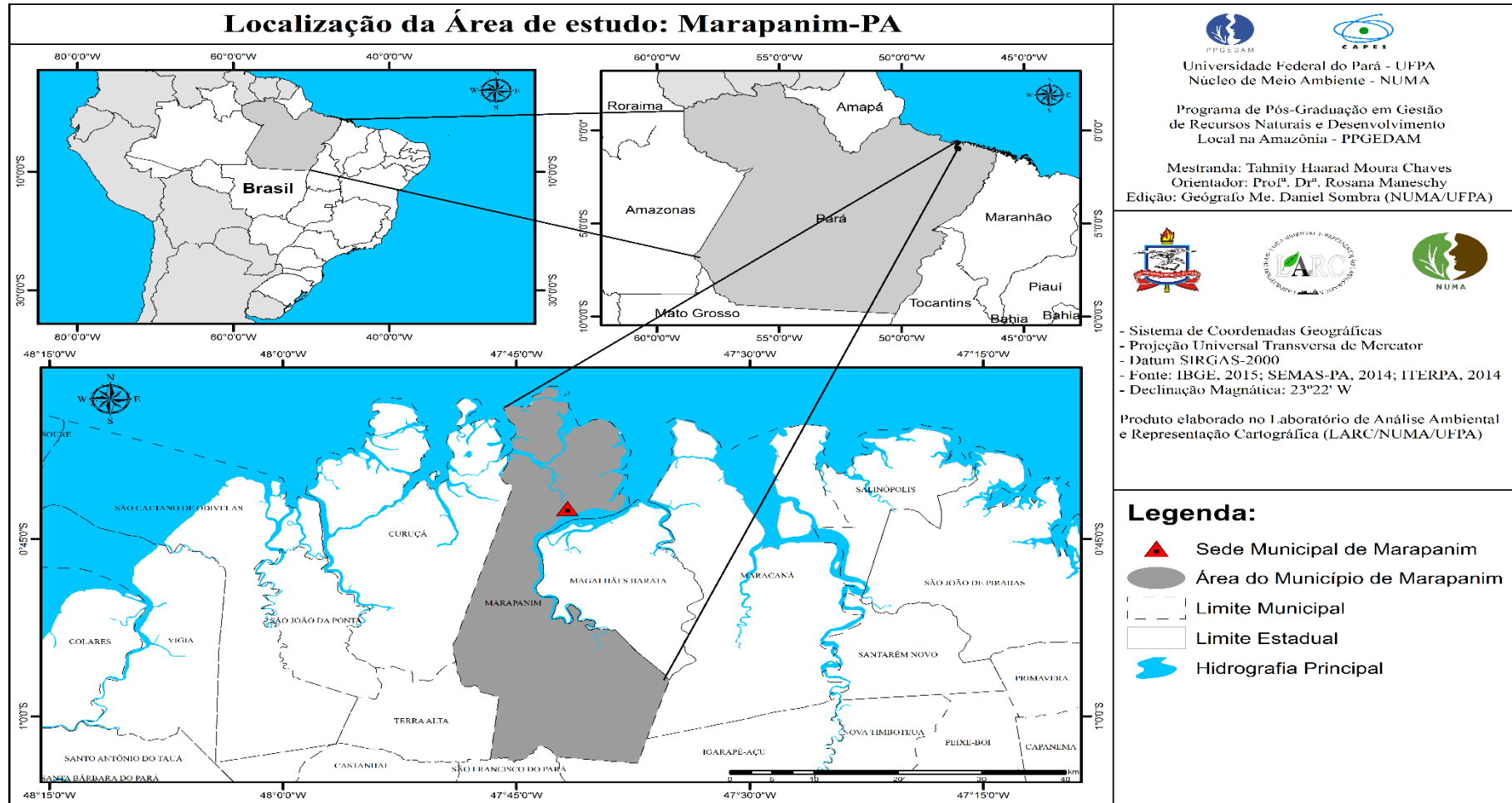
O Calendário agrícola permitiu aos agricultores retratar as principais culturas plantadas na comunidade durante o ano, bem como o período de colheita.

2.5 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa se desenvolveu no município de Marapanim no estado do Pará com a categoria Agricultura familiar (Figura 4). Dentre esta categoria, foi tomada como um estudo de caso, a Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar de Vila Maú (COOPVIMA).

No município de Marapanim, segundo o Censo Agropecuário IBGE (2006), Secretaria Municipal de Agricultura e EMATER, existem aproximadamente 6.197 agricultores que trabalham com lavouras permanentes e temporárias, fruticultura regional e do extrativismo vegetal, com ênfase na coleta de frutos.

Figura 4: Mapa de localização do município de Marapanim, no estado do Pará.



Fonte: Mapa elaborado pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA), 2017.

O município é banhado pelo oceano atlântico e pela Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, importante região na gestão dos recursos hídricos que abrange 12 municípios no estado do Pará (AGÊNCIA PARÁ, 2017).

Marapanim está localizado no nordeste do estado do Pará, na região conhecida como “Salgado”, é caracterizada por uma ocupação humana antiga com vocação agrícola de base familiar e pesqueira, com vegetação secundária predominante, seguida de áreas de pastagens, sendo uma das mais antigas do estado. O município também possui a maior faixa contínua de manguezais do planeta (ZEE, 2010; IBGE, 2017). Possui população de 27.569 pessoas estimada em 2017, 50,4% da população possuem rendimento per capita de até ½ salário mínimo, ou seja, é um município considerado pobre economicamente, já que grande parte do dinheiro que circula no município é proveniente de aposentaria ou programas do governo, como o Bolsa família (IBGE, 2017).

Embora o município possua caráter pobre, com baixa poder de compra, existe uma predominância de outras relações de compra e venda que não estão mensuradas no modelo capitalista de circulação monetário, que são os modelos de economia voltada para o capital humano, social, de troca de bens, serviços, modelo este baseado na confiança.

A região do “Salgado” paraense é delimitado por uma área de grande estratégia para a agricultura, recursos hídricos, pesqueiros e para o turismo (ZEE, 2010). Localizada próxima a capital do estado e a cidades como Castanhal, Curuçá, que possuem destaque na produção de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Grande parte da área ocupada pela agricultura no município é de propriedade própria, possuindo também áreas de posse, de herança, ou ocupadas pela família (CENSO AGROPECUARIO, 2006). No município, até o ano de 2017, não tinha sido realizado o Cadastro Ambiental Rural (CAR)²⁰ nas propriedades dos agricultores. O nordeste paraense é umas das regiões mais antigas de colonização e ocupação da agricultura familiar, muitas das propriedades não são regularizadas pelos Órgãos responsáveis,

²⁰ O CAR é um instrumento para a gestão ambiental, voltado principalmente segundo o Ministério do Meio Ambiente, “para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental”. Ver mais em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural>

segundo o Censo Agropecuário (2006) não existe assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM

3.1 O PROCESSO DE COMPRA DE ALIMENTOS PARA O PNAE

Este capítulo se propõe a apresentar dados do processo de compra de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Marapanim, com destaque as liberações de recursos do FNDE, procedimentos de compras por meio da gestão municipal.

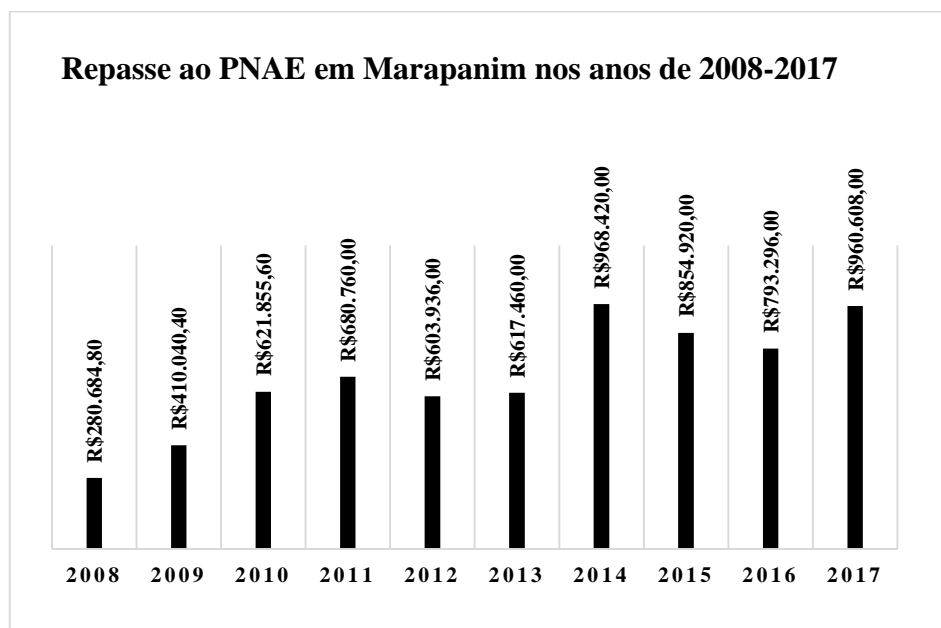
No município de Marapanim, somente a partir do ano de 2017 ocorreu a primeira chamada pública do PNAE para que os produtos da agricultura familiar fossem inseridos na alimentação escolar. Segundo as informações obtidas no portal do FNDE (Figura 5), em relação ao repasse financeiro para o município a partir do ano de 2008 (quando ainda não era obrigatório os 30% do repasse para a compra da AF²¹) até o ano 2017²², é possível examinar a evolução dos valores liberados do FNDE para o PNAE no município de Marapanim entre 2008 a 2017, de R\$ 280.684,00 e R\$ 960.608,00 respectivamente, conforme também relatou Pizio (2013) no município de Porto Alegre no anos de 2006-2011.

Dessa forma, os recursos para a alimentação escolar é determinante para que o PNAE continue sendo instrumento para promover a segurança alimentar e o desenvolvimento local a partir do incentivo à produção de alimentos da agricultura familiar local (TUGOZ, LEISMANN e BRANDALISE, 2015).

²¹ Somente a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que foi regulamentado que no mínimo 30% das compras realizadas para o PNAE fosse obtida na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. E a partir do ano de 2017 que ocorreu a primeira chamada pública para que os produtos da agricultura familiar fossem inseridos na alimentação escolar no município de Marapanim. A compra da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015). Verificar em: www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_a_to=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC.

²² Até o momento da realização desta pesquisa, essa informação ainda não havia sido disponibilizada no site do FNDE referente ao ano de 2018.

Figura 5: Recursos financeiros do PNAE em Marapanim, anos de 2008- 2017.



Fonte: FNDE, 2018. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>>. Adaptado pela autora, 2018.

Nos anos de 2009 a 2016, a compra era realizada através de licitações na forma de pregão com o menor preço e/ou contratos, e/ou compra direta da Prefeitura com os agricultores e associações, porém a legislação prevê que a forma de Chamada Pública é a mais recomendada pois é a ferramenta mais adequada que cumpre com as diretrizes do PNAE, pois possibilita uma maior abrangência de beneficiados, que são os agricultores familiares no fornecimento de produtos que valorizam os hábitos locais, utilizam e respeitam o uso dos recursos naturais de forma mais equilibrada (FROEHLICH, 2010; FNDE, 2016a).

As licitações anteriores a 2017 realizadas pela prefeitura eram organizadas com as informações do cardápio para as escolas pela nutricionista. A cada ano era convocada uma comissão para a licitação, todavia o edital não era publicado “em jornal de circulação local, nem na forma de mural em local público de ampla circulação” (FNDE, 2016a).

No ano de 2013 a gestão municipal havia comprometido em realizar a chamada pública. Porém a compra de alimentos não seguiu os trâmites legais de uma chamada pública, uma vez que o pregoeiro organizou cotas de compras de alimentos por associação. Todavia em outubro de 2013 o prefeito foi substituído e não realizou a compra de alimentos dos agricultores para as escolas.

No ano de 2014 o setor jurídico da prefeitura elaborou uma chamada pública, e somente um agricultor foi contemplado. Porém o edital não foi publicado em veículos de ampla circulação e tampouco divulgado “para organizações locais da agricultura familiar” (FNDE, 2016a)²³.

Assim como analisado na pesquisa de Siqueira (2014) existe uma dificuldade ao acesso público as informações do PNAE em Marapanim, durante a pesquisa de campo não foi facilitado o acesso à documentação dos editais anteriores na Prefeitura ou na Secretaria de Educação. Foram contatados agricultores e pesquisados publicações em meio impresso e digital, não sendo disponibilizada de forma pública nenhuma informação sobre edital de Chamada Pública²⁴ para este ano. Descumprindo o que está previsto nas diretrizes do PNAE em que devem ser publicados em veículos de ampla circulação local como jornal, rádios, mural em local público, endereço na internet, nas organizações sociais e entidades de assistência técnica e extensão rural (FNDE, 2017b).

Ressalta-se que nas compras realizadas no período anterior ao edital de 2017 existiu uma predominância de gêneros alimentícios não perecíveis. Como, por exemplo, carnes congeladas, arroz, macarrão, leite, açúcar e biscoitos industrializados adquiridas através de licitações e chamadas públicas em que os contemplados foram empresas e não existia uma preocupação na gestão municipal em atender a demanda de 30% de aquisição de produtos agricultura familiar, como previsto na Lei.

Na elaboração do edital é imprescindível que a nutricionista do município informe quais alimentos e quantidades serão necessárias para atender a demanda da alimentação escolar dos alunos regularmente matriculados (CHAVES *et.al*, 2009). Essa informação é produzida a partir da concepção do cardápio²⁵, conforme orienta a Lei nº 11.947, de 16

²³ Art. 17. Competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, as seguintes atribuições, conforme disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal: VIII - divulgar em locais públicos informações acerca do quantitativo de recursos financeiros recebidos para execução do PNAE.

²⁴ “No caso específico da aquisição da agricultura familiar, deve ser dada ampla publicidade à Chamada Pública. As Entidades Executoras precisam publicar os editais de Chamada Pública para alimentação escolar em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação. Deverá ainda divulgar em seu endereço na internet, caso haja, e divulgar para organizações locais da agricultura familiar (como sindicatos rurais, cooperativas, associações, movimentos sociais e demais entidades da agricultura familiar) e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado. A publicação poderá ser feita também em outros locais com potencial de divulgação das Chamadas, como rádios comunitárias locais e jornais de circulação regional, estadual ou nacional. OBS.: Os editais deverão permanecer abertos para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias” (FNDE CARTILHA PNAE, 2016).

²⁵ A Resolução CFN nº 465/2010, dispõe sobre a atuação do nutricionista no âmbito da alimentação escolar. Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_465_2010.htm.

de junho de 2009 que dispõe sobre o programa de alimentação escolar²⁶. O cardápio “é o instrumento que dá objetividade e materialidade à demanda dos gestores públicos, [...] sendo o processo de elaboração crucial na conexão entre agricultura familiar e alimentação escolar” (WAGNER, GEHLEN e SCHULTZ, 2016), além de ser um instrumento fundamental para atender as necessidades nutricionais e incentivar os hábitos alimentares locais (GABRIEL *et.al*, 2012).

Assim como verificado nos estudos de Costa *et.al* (2017), em Marapanim o cardápio é padronizado para todas as modalidades de ensino atendidas. Esse modelo de cardápio centralizado direciona as exigências nutricionais para todas as categorias de ensino. O modelo de cardápio descentralizado tem o intuito de “alcançar uma maior aproximação com os beneficiários do programa, indicam planejamento de cardápios diferenciados seguindo as distintas realidades” (GABRIEL *et.al*, 2012), com várias opções de refeições nas diferentes faixas etárias e localidades.

Embora não seja desempenhada uma frequência semanal do que está previsto no cardápio, a nutricionista relata que de acordo com a quantidade de produtos da agricultura familiar é verificado a possibilidade do que pode ser atendido e previsto no cardápio da alimentação dos alunos. A substituição de alimentos previstos nas preparações indicadas no cardápio planejado tem ocorrido com frequência durante a semana nas escolas.

A preocupação em garantir uma alimentação adequada seguindo as exigências nutricionais, ressalta a importância que o PNAE tem para os alunos de baixa renda, tendo em vista que muitos destes saem de suas casas as vezes mal alimentados buscando nas refeições das escolas a sua única fonte alimentícia do dia, este incentivo em muitos casos fazem com que os alunos permaneçam e frequentem mais as escolas (RABELO *et al.*, 2012)

Ribeiro, Ceratti e Broch (2013), para uma melhor execução das diretrizes do PNAE é importante que haja uma maior participação dos gestores, de todos os sujeitos envolvidos para a promoção da alimentação dos alunos das escolas e estimular a produção

²⁶ Art. 11) A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas. Art. 12) Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

da agricultura familiar local para o fornecimento de alimentos aos alunos da rede pública de ensino. Ressalta para a importância do Conselho de Alimentação Escolar²⁷ (CAE), responsável pela fiscalização e prestação de contas ao FNDE.

O CAE é fundamental para que o PNAE tenha êxito no objetivo de fornecimento de alimentos aos estudantes e principalmente dos agentes responsáveis no acompanhamento do programa. Com uma sociedade civil organizada facilita o funcionamento das políticas públicas. Desde a sua formação o CAE vem desempenhando o papel de acompanhar, monitorar e assessorar os recursos federais para o desenvolvimento do PNAE, dessa forma ressalta a importância deste conselho para que os estudantes tenham acesso a alimentação nas escolas (FNDE, 2017).

Em Marapanim, segundo as informações da gestão e dos informantes chave, o CAE durante os últimos anos não tem desempenhado as obrigações de fiscalização do PNAE no município, tendo em vista que encontra-se inativo e não é oficializado. O CAE é fundamental para a execução do PNAE, uma vez que ele não seja “constituído, ou deixarem de sanar suas pendências e não apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos, o FNDE poderá suspender o repasse dos recursos do PNAE” (FNDE, 2017b).

Até o mês de março de 2018 o CAE no município de Marapanim ainda estava oficialmente inativo, mas estava previsto uma reunião para constituírem novas pessoas para fazerem parte, pois para que o recurso do FNDE venha para o PNAE, é imprescindível que o CAE²⁸ esteja em funcionamento, é através deste conselho de alimentação escolar que é possível analisar e acompanhar o funcionamento do PNAE no município.

3.2 O PNAE E A GESTÃO MUNICIPAL

O PNAE em Marapanim atende 58 escolas (sendo que duas são escolas estaduais e as demais municipais) distribuídas em 44 comunidades (Quadro 2) dispostas em Polo

²⁷ O CAE é um órgão colegiado deliberativo de acompanhamento e assessoramento das Entidades Executoras do PNAE.

²⁸ “A composição do CAE deverá ser a seguinte: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. Cada membro titular deverá ter um suplente do mesmo segmento”. (FNDE, 2017). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-conselho-de-alimentacao-escolar-cae>.

da Região da Água doce e Polo da Região do Salgado, essa organização de polos facilita o entendimento da geografia no município para a gestão municipal, todavia a dinâmica da vida local é relacionada com o meio em que ela se encontra relacionada nas características culturais da população local, sobretudo no aspecto da alimentação em função da disponibilidade de alimentos.

O polo da região da Água doce abrange as comunidades em que o rio é o principal meio de navegação e obtenção de recursos naturais da fauna e flora, em destaque para o rio Marapanim. O polo do Salgado, abrange as comunidades próximas a zona costeira e com a influência do mar. Dessa forma, verifica-se que no município existe uma diversidade geográfica que varia na produção e no consumo de alimentos de acordo com as duas características de regiões citadas, porém foi verificado que no município não é utilizado essas peculiaridades na elaboração dos cardápios e no fornecimento de alimentos aos alunos de acordo com os hábitos alimentares local.

Quadro 2: Comunidades e quantidades de escolas atendidas pelo PNAE em Marapanim.

Comunidades	Escolas atendidas pelo PNAE
15 de Novembro	1
Abaetezinho	1
Arapijó	1
Araticum	1
Arsênio	1
Bacuriteua	1
Boa Esperança	1
Bom Jardim do Matapiquara	1
Bom Jardim do Maú	1
Bracinho	1
Camará	1
Canavial	1
Cipoteu	1
Cristolândia	1
Cruzador	1
Cruzeiro do Maú	1
Fazendinha	1
Guarajubal	1
Igarapé Açú	1
Itacua	1

Itaussú	1
Jarandeuá	1
Juçateua	1
Livramento	1
Maranhãozinho	1
Marudá	3
Marudazinho	1
Matapiquara	1
Pajurá	1
Pedral	1
Porto Alegre	1
Recreio	2
Remanso	1
Retiro	1
Santa Luzia	1
Santana do Maú	1
São João	1
São Miguel	1
Sede	11
Tamataquara	1
Timboteua	1
Ubussu	1
Vila Maú	2
Vila Silva	1
Vista Alegre	2

Fonte: Nutricionista do município de Marapanim, 2018. Adaptado pela autora, 2018.

A extensão territorial do município é uma das maiores do nordeste do Pará com 795,987 km² de área de unidade territorial (IBGE, 2017), as 44 comunidades (Figura 6) atendidas pelo PNAE no município, historicamente em sua grande maioria estão organizadas às margens do principal rio que dá o nome a cidade, o Rio Marapanim e também no limite com outros municípios como o de Magalhães Barata e Maracanã. O município apresenta uma geografia assimétrica com a presença de uma zona costeira de manguezais e toda a fauna e flora deste ecossistema, assim como a influência dos rios e todo o bioma diversificado.

Figura 6: Mapa de localização das comunidades (44) onde estão inseridas as escolas que recebem a alimentação via PNAE, Marapanim, Pará.



Fonte: Mapa elaborado pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA) e Conhecimento Popular Local, 2018.

Durante os períodos de “inverno amazônico” (dezembro a março) algumas comunidades mantêm-se alagadas ocasionadas pela elevação do acúmulo de água dos rios (RABELO *et.al*, 2012). Dessa forma a falta de infraestruturas nas estradas e ramais dificultam a logística por via terrestre do escoamento dos alimentos, principalmente no período de maior concentração das chuvas. Embora em Marapanim possua uma bacia hidrográfica com rios navegáveis, as embarcações não são utilizadas para o escoamento dos alimentos.

O transporte que abastece as escolas com a alimentação escolar é realizado pelo carro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²⁹ e as vezes, por caminhão contratado pela Prefeitura Municipal. Como o município possui grande extensão territorial e falta de infraestrutura nas estradas, a demanda do transporte não atende as necessidades de coleta dos produtos dos agricultores para serem distribuídas nas escolas, ocorrendo da entrega dos alimentos falhar por falta de transporte, os cardápios não serem atendidos e os alunos não serem alimentados.

A gestão municipal de Marapanim deve adquirir caminhão frigorífico para a alimentação escolar, através de pregão eletrônico ou realizar convênio com o FNDE para captar recursos, como ocorreu em outros municípios brasileiros, como é o caso da Prefeitura Municipal de Capão Bonito -SP e a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba-SP, que compraram caminhão frigorífico para melhorar a logística no transporte da alimentação escolar (PREFEITURA CAPÃO BONITO, 2015; PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA, 2016).

O FNDE, desenvolveu um modelo de caminhão frigorífico para atender o PNAE, com normas técnicas específicas e com as exigências de segurança, armazenamento e transporte de alimentos (FNDE, 2012b).

O caminhão frigorífico é ideal para o transporte dos alimentos para a alimentação escolar, atende as exigências de segurança alimentar e de armazenamento, pois possui controle de temperatura, garantindo mais qualidade dos alimentos e conservando as características naturais dos alimentos, com isso, o FNDE desenvolveu as informações técnicas para a aquisição do caminhão frigorífico, “as prefeituras e secretarias estaduais

²⁹ É principal política pública brasileira de crédito para as unidades familiares de produção que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

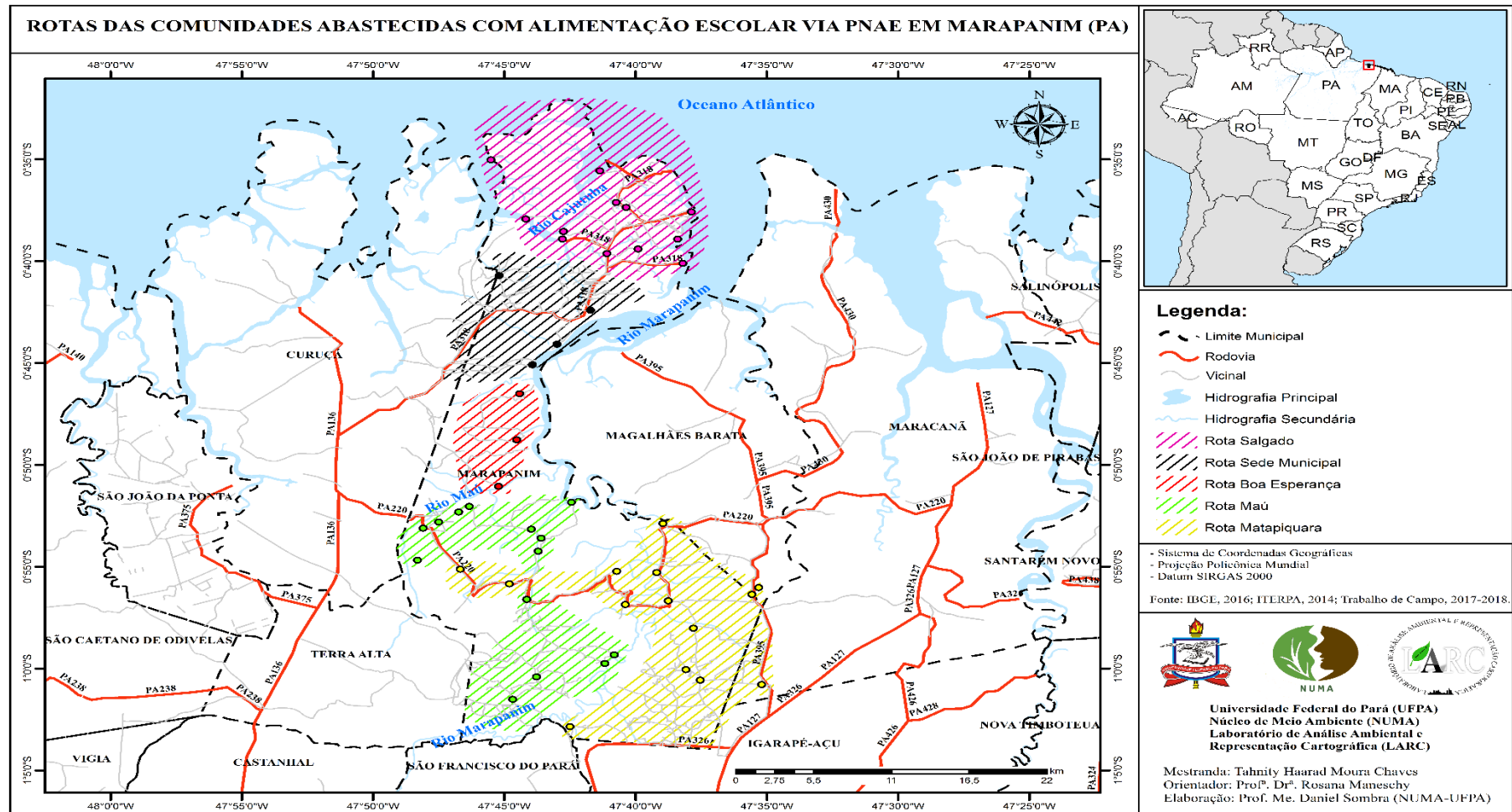
de educação poderão fazer a adesão a Ata de registro e adquirirem os caminhões com as especificações adequadas (CECANE UFRGS, 2015).

Segundo a gestão municipal, a distribuição dos alimentos para as 58 escolas têm sido realizadas em cinco (5) rotas, seguindo as zonas de influências mais próximas das comunidades.

As rotas são denominadas de: **a) Rota do Salgado** que abrange dez comunidades (Marudá, Camará, Recreio, Livramento, Retiro, Araticum, Itauaçu, Tamaruteua, Vista Alegre e Bacuriteua); **b) Rota Sede** que abrange o centro do município onde se encontram os departamentos administrativos da cidade como a prefeitura, as secretarias municipais, rede de bancos e comércios e as três comunidades no entorno (Guarajubal, Juçateua e Arapijó); **c) Rota Boa Esperança** que abrange três comunidades (Boa Esperança, Igarapé Açú e Canavial); **d) Rota Maú** que abrange 12 comunidades (Cipoteua, Vila Maú, Pedral, Remanso, Fazendinha, Cruzeiro do Maú, Arsênio, Maranhãozinho, Bom Jardim do Maú, 15 de Novembro, São Miguel e Itacoã); **e) Rota Matapiquara** que abrange as comunidades (Matapiquara, Bom Jardim do Matapiquara, São João, Pajurá, Timbotéua, Santa Luzia, Marudazinho, Cruzador, Jarandeua, Abaetezinho, Cristolândia, Ubussu, Vila Silva e Bracinho).

Entre as cinco rotas, existe a predominância de comunidades que não estão localizadas próximas as estradas e ramais do município. Algumas comunidades estão inseridas em rotas determinadas pela gestão municipal que se cruzam na mesma área de abrangência, como é o caso da Rota Maú e Rota Matapiquara (Figura 7).

Figura 7: Mapa das rotas de distribuição de alimentos para as escolas das comunidades atendidas pelo PNAE, Marapanim-PA



Fonte: IBGE-2016, ITERPA-2014, Trabalho de Campo, 2017- 2018 e Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA) - 2018.

O mapa das rotas de distribuição dos alimentos para as escolas, é uma ferramenta que poderá auxiliar a gestão municipal à elaborar estratégias de viabilização da logística na entrega dos produtos para a alimentação dos alunos. Se não houver planejamento na logística, esta pode ser um entrave para que os produtos da agricultura familiar cheguem nas escolas no período correto, com qualidade adequada. Uma vez que foram relatadas situações aos quais os produtos chegaram nas escolas somente no final da semana, dificultando o cumprimento do cardápio previamente elaborado, dessa forma, diminuindo a vida útil dos alimentos *in natura* e prejudicando a nutrição dos alunos.

Dessa forma, é interessante que a gestão municipal elabore estratégias que viabilizem modelos de rotas ou transportes que possibilitem que os alimentos cheguem com as características frescas para as escolas. Uma das sugestões seriam utilizar o rio como viabilidade de escoamento, principalmente no período mais chuvoso, buscar parcerias de um caminhão frigorífico com os municípios vizinhos e obter caminhão próprio exclusivo para o abastecimento de alimento nas escolas.

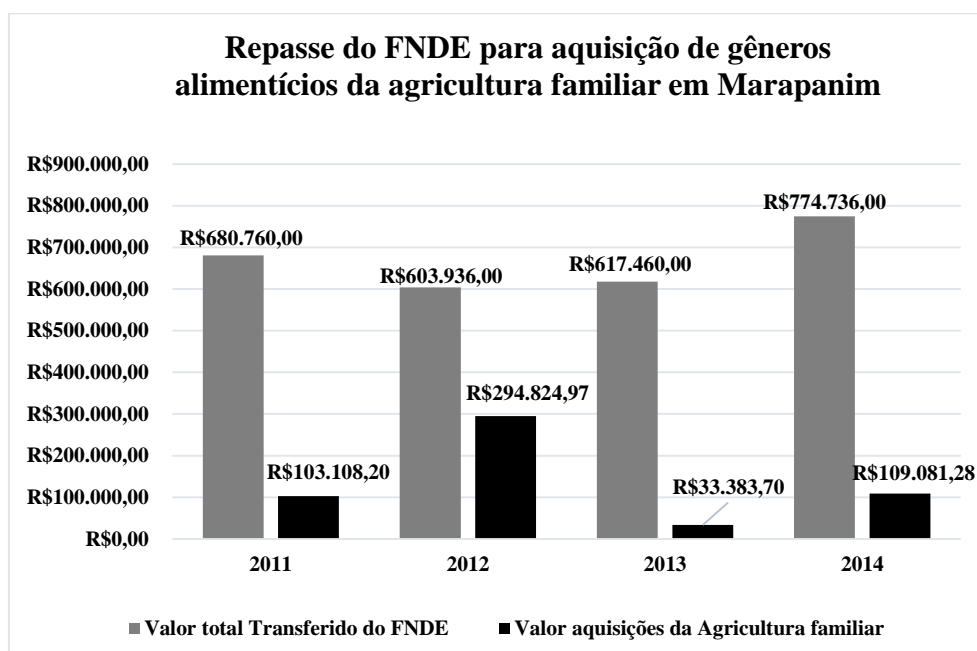
3.4 O PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR DE MARAPANIM

Os repasses do FNDE para a aquisição de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação escolar em Marapanim, tem tido uma média de recursos nos anos de 2011 e 2014, variando entre R\$ 680.760,00 e R\$ 774.736,00 respectivamente (Figura 8). Segundo as informações nas contas *on line* do FNDE, por meio do Sistema de Gestão de Contas, do portal da Transparência, os valores repassados para a aquisição das compras dos gêneros alimentícios da agricultura familiar têm sofrido uma variação relativamente grande.

Segundas as informações obtidas pelos informantes chave grande parte dessa variação dos repasses de recursos para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar tem se dado pela falta de prestação de contas do município ao governo federal, ocasionando com que a falta de prestação das contas contribuam para a diminuição dos repasses dos recursos, além de ser uma especificidade de cada gestão, que varia de acordo com o entendimento da importância que a agricultura familiar tem em fornecimento de alimentos para os alunos por parte do gestor. Como já ocorreu em gestão passada em que alguns gestores possuíam vínculo com a agricultura.

No ano de 2012 o repasse foi de R\$294.824,97, sendo que no ano seguinte, de 2013, o repasse foi de R\$33.383,70, havendo uma diminuição de mais de R\$200 milhões que não foram gastos na compra da agricultura familiar do ano de 2012 para o de 2013. Refletindo conseqüentemente na alimentação dos alunos e na produção dos agricultores, tendo em vista, que através de Políticas Públicas que fomentam a produção agrícola, o agricultor realiza um planejamento da sua produção para poder vender aos programas de acesso a sua categoria, aos mercados institucionais, como o PNAE e PAA e para as vendas diretas as feiras.

Figura 8: Repasse do FNDE para a compra de gêneros alimentícios da Agricultura familiar nos anos de 2011-2014 em Marapanim-Pa.



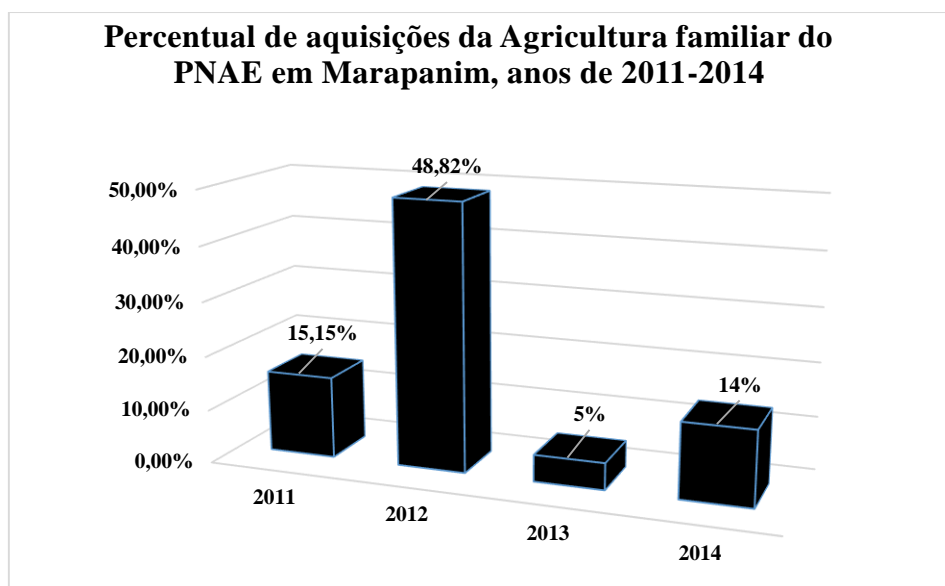
Fonte: Sistema de Gestão de Contas (SigPC), Contas Online do FNDE, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Adaptado pela autora, 2018.

Com os repasses para a aquisição de alimentos da AF, foi identificado que entre os anos de 2011 e 2014, somente no ano de 2012 o município atingiu 48,82% do percentual acima do estabelecido na legislação, que é de no mínimo 30% para a compra de produtos da AF (Figura 9). O ano de 2013, o percentual foi de 5%, muito abaixo do valor de referência. Dessa forma, o que se tem analisado pelas informações contidas no FNDE, é que o município não tem atendido com os valores de compras da agricultura

familiar e muito desta variação de percentagem está relacionada com a gestão que estava atuando nos respectivos anos relatados.

Não foi possível analisar a quantidade exata do percentual da aquisição dos produtos da AF para o PNAE em Marapanim a partir do ano de 2010 (ano que de fato iniciou a compra da AF, pois em 2009 foi legitimado a lei) até o ano de 2017. Os percentuais e valores de repasses do FNDE para o PNAE- Agricultura familiar nos anos de 2010, 2015, 2016 e 2017 não estavam disponíveis no FNDE, pois os valores ainda estão sendo atualizados de acordo com as prestações de contas das prefeituras e do CAE a cada ano. Para isso, a importância do CAE na fiscalização e acompanhamento do funcionamento do PNAE no município.

Figura 9: Percentual de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar ao PNAE nos anos de 2011-2014, Marapanim-Pa.



Fonte: Sistema de Gestão de Contas (SigPC), Contas Online do FNDE, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Adaptado pela autora, 2018.

Marapanim possui uma agricultura predominantemente de base familiar. Esta categoria é presente em quase totalidade na região do nordeste do estado do Pará. A agricultura familiar no município cultiva e também realiza a coleta de produtos proveniente do extrativismo vegetal. Além do destaque para a agricultura, a economia

local também é voltada para os recursos pesqueiros (peixes e mariscos) para o consumo e a comercialização.

Em levantamento de campo e nas informações repassadas pelos informantes chave, a agricultura familiar local planta de maneira tradicional, com técnicas com pouco e/ou quase nenhuma mecanização e moderado uso de agroquímicos, embora exista agricultores que utilizam fertilizantes químicos, agrotóxicos, aração, irrigação em suas propriedades.

A agricultura local é bastante diversa, além do cultivo de raízes, hortaliças folhosas, fruticultura, criação de animais de pequeno porte e a pesca, foi identificado que não existe uma frequência destes produtos inseridos no cardápio da alimentação escolar, conforme os aspectos de sazonalidade e demanda de acordo com o período de “época” de algumas frutas. Segundo a nutricionista do município e gestores locais, essa inserção de alimentos locais tem tido dificuldades de serem incorporarem no cardápio dos alunos pela justificativa da segurança alimentar e falta de organização social para pressionarem a gestão municipal providências de órgãos competentes como a ADEPARÁ (Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará) e a própria Prefeitura de Marapanim para liberarem a certificação aos grupos ou pessoas que trabalhem com o beneficiamento destes alimentos.

No município não existe grupos locais que façam beneficiamento de pescados, frutas segundo as normas técnicas de segurança alimentar. Com isso muitos das frutas, pescados que existem no município e que fazem parte dos hábitos alimentares locais acabam que não são inseridos dentro da alimentação escolar, descumprindo um dos principais objetivos do PNAE. É importância que a comunidade se organize e pressionarem a gestão do município para que possam auxiliarem de forma técnica e esclarecida os procedimentos para implantação de beneficiamento atendendo as exigências sanitárias e boas práticas de manejo.

Segundo as informações dos informantes chave e agricultores antigos, o município já teve grande produção de arroz, com destaque para a variedade vermelha, e que pouco é cultivado na região, ocorrendo o risco de desaparecer, embora ele seja

encontrado e utilizado ainda nas comidas de dias festivos (manicuera³⁰), como o que acontece no dia 2 de novembro (dia de finados), conhecido pela comunidade local de “Iluminação”.

A partir do ano de 2009, alguns itens foram inseridos para compor o cardápio da alimentação dos alunos, apesar de o município possuir uma diversidade de produtos, muitos dos itens destes agricultores não são incorporados na alimentação escolar, seja por meio da falta de desconhecimento da gestão, da organização social e/ou pelos critérios previstos no edital da prefeitura.

Conforme as informações obtidas, a nutricionista do município tem se esforçado para inserir itens no cardápio que proponham resgatar os hábitos locais como o consumo de leguminosas, raízes, frutas, sucos de frutas, biscoitos caseiros com sabores regionais e a farinha de mandioca e tapioca, item de extremo consumo nas comunidades amazônicas.

O Quadro 3 aponta os principais itens inseridos pela nutricionista para elaborar o cardápio nas escolas no período de 2013 a 2018, estes anos correspondem aos períodos ao qual a nutricionista tem estado na gestão municipal. Os cardápios elaborados são enviados através das pautas com as informações do levantamento de produtos da agricultura familiar para o comitê que organiza a chamada pública.

Quadro 3: Produtos da agricultura familiar inseridos no cardápio escolar no período de 2013 a 2017.

Variedade/Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Produto in natura					
Abóbora (<i>Cucurbita</i>)					
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)					
Banana Prata (<i>Musa acuminata 'Dwarf Cavendish'</i>)					
Batata doce (<i>Ipomoea batatas</i>)					
Cariru (<i>Talinum triangulare (Jacq.) Willd.</i>)					
Cebola (<i>Allium cepa</i>)					
Cheiro verde (<i>Coriandrum sativum</i>)					
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)					
Feijão verde (<i>Phaseolus vulgaris</i>)					
Jerimum (<i>Cucurbita</i>)					
Laranja (<i>Citrus X sinensis</i>)					
Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>)					
Mamão (<i>Carica papaya</i>)					
Maxixe (<i>Cucumis anguria</i>)					

³⁰ A manicuera é uma bebida/mingau de origem indígena, feita com a fermentação do suco (tucupi) da mandiocaba (mandioca maior e doce), cozida com arroz, que em Marapanim é utilizada de preferência o arroz vermelho.

Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>)					
Pepino (<i>Cucumis sativus</i>)					
Pimentinha (<i>Capsicum chinense</i>)					
Produto processado					
Farinha de tapioca					
Polpa de fruta (acerola, goiaba, caju, abacaxi)					
Biscoito caseiro sabor castanha do Pará					
Biscoito caseiro sabor coco					
Biscoito caseiro sabor limão					
Biscoito caseiro sabor maracujá					
Biscoito caseiro sabor milho					
Biscoito caseiro sabor queijo					
Produto de origem animal					
Galinha caipira congelada					
Ovos de galinha					

Fonte: Nutricionista do município. Adaptado pela autora, 2018.

Com as informações levantadas, foi identificado que houve avanço nos itens que compoem a alimentação escolar provenientes da agricultura familiar como ovos caipira, goma de tapioca e frutas *in natura* (Quadro 3). Esse avanço segundo Froehlich (2010) se deu a partir da inserção da agricultura familiar ao PNAE, pois antes da lei que fundamenta o percentual mínimo de compra, os produtos alimentícios eram predominantemente de grandes empresas que forneciam do modelo de grande escala.

Tabela 1: Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar solicitado via chamada pública no município de Marapanim para o atendimento de 11.396 alunos em 56 escolas no ano de 2018.

Variedade	Quantidade
Produto (<i>in natura</i>)	
Abóbora (<i>Cucurbita</i>)	600 Kg
Acerola (<i>Malpighia emarginata</i>)*	5.000 Kg
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)	5.000 maço
Banana (prata) (<i>Musa acuminata 'Dwarf Cavendish'</i>)	70.000 un.
Cariru (<i>Talinum triangulare (Jacq.) Willd.</i>)	5.000 maço
Cheiro Verde (<i>Allium cepa</i>)	6.000 maço
Chicória do Pará (<i>Eryngium foetidum</i>)*	4.000 maço
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	5.000 maço
Feijão da colônia (caupi) (<i>Vigna unguiculata</i>)*	7.000 Kg
Feijão verde (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	5.000 Kg
Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)*	7.000 Kg
Laranja (<i>Citrus X sinensis</i>)	70.000 un.
Limão (<i>Citrus x limon</i>) *	5.000 un.
Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>)	8.000 Kg
Manga (<i>Mangifera indica</i>) *	15.000 un.

Maxixe (<i>Cucumis anguria</i>)	7.000 Kg
Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	6.000 Kg
Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>)	50.000 Kg
Pimentão (<i>Capsicum annuum Group</i>)*	4.000 Kg
Pimentinha (<i>Capsicum chinense</i>)	2.000 Kg
Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>) *	700 Kg

Produto de origem animal

Ovo de galinha caipira	30.000 un.
------------------------	------------

Produto processado

Biscoito caseiro	6.000 Kg
Farinha (mandioca)	8.000 Kg
Farinha (tapioca)	6.000 Kg
Goma de tapioca*	6.000 Kg
Polpa de caju	1.000 Kg
Polpa de acerola	1.000 Kg
Polpa de goiaba	1.000 Kg
Polpa de abacaxi	1.000 Kg

TOTAL: R\$ 685.105,00

Fonte: Edital de chamada pública da Prefeitura do município de Marapanim, 2018. Adaptado pela autora, 2018. * Produtos que foram inseridos que anos anteriores não foram solicitados da agricultura familiar, colocando como destaque as frutas in natura, a goma de tapioca, ao feijão caupi e o quiabo, variando o cardápio nas escolas, grande avanço com a criação do Selo de Inspeção Municipal (SIM).

Com os produtos tanto da agricultura familiar, quanto das empresas que fornecem a maior quantidade dos gêneros alimentícios é possível que os cardápio sejam elaborados para atender os alunos nos 20 dias letivos do mês (Tabela 2). Os alimentos provenientes da agricultura familiar presentes nos preparos dos cardápios são: abóbora, cariru, maxixe, macaxeira, farinha de tapioca, couve, laranja, suco de fruta, quiabo, alface, pepino, tapiquinha, melancia e a banana.

Tabela 2: Cardápio do ano de 2018 para a Alimentação Escolar via PNAE em Marapanim

CARDÁPIO	Frequência no mês (20 dias)
▪ Sopa de legumes (abóbora + cariru+ maxixe + macaxeira)	2
▪ Mingau de farinha de tapioca	4
▪ Baião de dois (acompanha couve) + Sobremesa: laranja	2
▪ Suco de fruta com biscoito	2

▪ Frango com quiabo e arroz + salada de alface com pepino	4
▪ Achocolatado com tapioquinha e margarina +Sobremesa: Melancia	2
▪ Macarronada com carne moída + Sobremesa: Banana	4

Fonte: Nutricionista de Marapanim, 2018. Adaptado pela autora.

Embora alguns alimentos tenham sido solicitados por meio da Chamada pública, o feijão, compõe o cardápio com mínima frequência (duas vezes por mês) e somente no cardápio do “baião de dois”, não ocorrendo uma variação deste item em outros cardápios. O feijão juntamente com o arroz “contêm boas fontes de aminoácidos, além de serem muito populares no território brasileiro” (COSTA et al., 2017).

Outros itens como as frutas: manga, a goiaba *in natura* e o ovo caipira não estão presentes nos cardápios, embora alguns itens respeitem a sazonalidade, ou seja, a disponibilidade de frutas durante a época de produtividade, é importante que os cardápios sejam elaborados respeitando a sazonalidade dos produtos, para que possam atender a demanda da produção da agricultura familiar (SOUZA, 2012; SILVA SA et al., 2017; FNDE, 2017a).

Pela Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 nº 26/2013, “os cardápios deverão oferecer, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas”. Em relação a ofertas de frutas no cardápio, não foi possível identificar a periodicidade durante a semana destes itens, tendo em vista que a frequência prevista no cardápio no município é durante os 20 dias letivos do mês.

Nota-se que no cardápio apresentado, contêm inseridas poucas preparações regionais e resgate dos hábitos alimentares locais, embora exista produtos da agricultura familiar inseridas em todas as refeições apresentadas no cardápio. A nutricionista relatou que nem sempre o cardápio é seguido com fidelidade, ocorrendo de as vezes na mesma semana serem oferecidas refeições repetidas, ou adaptadas com a disponibilidades dos alimentos, ocasionando em grande frequência o não atendimento dos 20 dias letivos durante o mês de refeições aos alunos.

É verificado que não existe dentro do cardápio escolar a presença de pescados e mariscos, produtos com abundância no município e que fazem parte da cultura alimentar da região norte brasileira, assim como a presença de frutas *in natura* locais da

agrobiodiversidade da Amazônia, como o bacuri, o muruci. Como confirma Chaves et.al. (2009) “há ainda regiões que não estão preservando e difundindo a cultura alimentar do País”, a região Norte apresenta 38% de cardápios com preparações típicas.

4 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM MARAPANIM

4.1 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE VILA MAÚ

Este capítulo se propõe a apresentar as informações referentes as organizações sociais presentes no município de Marapanim envolvidas com agricultura familiar, destacando a Cooperativa Agroindustrial de Vila Maú, como referência de organização social que atendeu ao PNAE.

Em Marapanim existem 2 cooperativas e 6 associações cadastradas na categoria de Agricultor(a) familiar conforme é verificado nos cadastros de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) conforme verifica se na Tabela 2.

Tabela 3: Associações e Cooperativas do município de Marapanim- Pará, categoria Agricultura Familiar.

Categoria	Extrato de DAP Jurídica- Marapanim	
	Agricultor (a) familiar	Total de associados
Associação	Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Sol da Manhã*	-
	Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São João	18
	Associação Comunitária Rural São João *	32
	Associação dos Produtores da Região da Água Doce do Município de Marapanim**	21
	Associação dos Produtores Rurais de Vila Maú	18
	Associação Social, Produtiva e Esportiva	15
	Total	104
Cooperativa	Cooperativa Agroindustrial Familiar de Vila Maú	18
	Cooperativa Agropecuária Mista de Marapanim	89
	Total	107

Fonte: Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), Extrato DAP- Pessoa jurídica. 2017. Disponível em:

<<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP?Token=dGlwbz1KdXJpZGljYQ==>>. Adaptado pela autora. *Não apresenta informações no site da Casa Civil.

A pesquisa teve como objeto de estudo a Cooperativa Agroindustrial de Vila Maú (COOPVIMA) para compreender a relação da organização social e ao acesso ao PNAE à luz da agricultura familiar e da gestão municipal.

No sistema de prestação de contas do FNDE, constam os nomes das empresas e pessoas físicas que fornecem os gêneros alimentícios da agricultura familiar no município. O que é relevante ponderar é a presença de nomes de pessoas físicas, sendo difícil identificar se estas pessoas estão inseridas na categoria de agricultor (a) familiar, assim como não é possível identificar se as empresas que constam no dados do FNDE³¹ atuam em associações e/ou cooperativas da agricultura familiar (Figura 10).

Com o levantamento em campo e as entrevistas com os agricultores, a compra antes do ano de 2017 algumas vezes era realizada de forma direta entre Prefeitura e os agricultores. Quando a prefeitura não conseguia o transporte, os agricultores se deslocavam a sede do município para realizarem a entrega dos alimentos para abastecer a alimentação escolar.

Figura 10: Sujeitos que forneceram produtos da agricultura familiar via PNAE em Marapanim nos anos de 2011 a 2017.

Associações e Cooperativas – PNAE Marapanim-Pará			
2009			
2010			
2011	Associação dos Produtores Rurais de Vila Maú		
2012	Associação Social, Produtiva e Esportiva	Associação dos Produtores Rurais de Vila Maú	Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Sol da Manhã
2013	Associação Social, Produtiva e Esportiva	Associação dos Produtores Rurais de Vila Maú	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Região da Agua Doce do Município de Marapanim - ASPRORAD
2014	Associação Social, Produtiva e Esportiva		Cooperativa de Produtores Rurais da Região dos Caetes Cocaetes
2015	Associação Social, Produtiva e Esportiva		
2016	Associação Social, Produtiva e Esportiva		
2017			

Fonte: Sistema de Gestão de Prestação de Contas, FNDE. 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar#consulta=tipoConstipo%3D2%26programaId%3DC7%26ufId%3DPA%26municipioId%3D150440>>. Adaptado pela autora, 2018.

³¹ Disponíveis no portal do FNDE/Sistema de Gestão e prestação de Contas: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar#consulta=tipoConsulta%3D2%26anoConcessao%3D2012%26programaId%3DC7%26ufId%3DPA%26municipioId%3D150440>

A partir dos anos de 2009, a agricultura familiar obteve uma participação mais efetiva na alimentação dos alunos. Sendo que desde o ano de 2011, ocorreu a participação de entidades organizadas para realizarem a venda para a prefeitura, como associações e cooperativas. É importante destacar, que quanto mais entidades participam, mais agricultores serão beneficiados e mais produtos da agricultura familiar estarão sendo produzidos e comercializados, como é um dos principais fundamentos do programa.

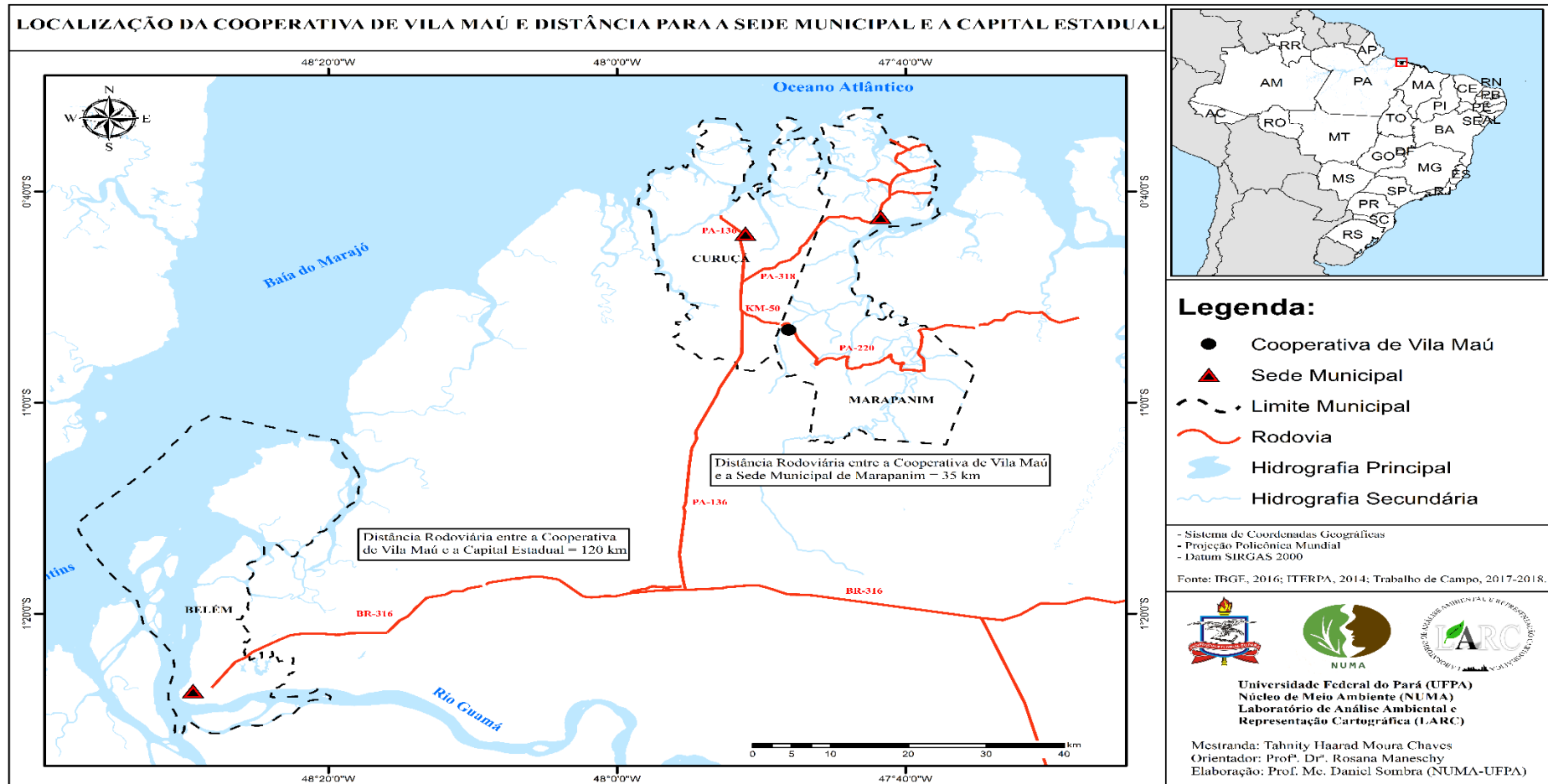
Apesar do PNAE incentivar uma maior participação dos agricultores a fornecerem produtos da sociobiodiversidade nas escolas, é importante que a gestão do município esteja aberta para que a compra de no mínimo de 30% seja garantida e estimulada. O limite do teto do agricultor para ser vendido ao ano é de até R\$20.000 reais que é considerado pouco para agricultores que realizam a venda exclusivo para compras institucionais.

A cooperativa de Vila Maú está localizada no município de Marapanim, embora pelas questões da geografia uma parte do vilarejo da Vila Maú está inserida no município de Curuçá. Para acessar a Vila Maú é preciso entrar no Km 50 da PA- 136, estrada que dá acesso a sede do município de Curuçá e trevo para a sede do município de Marapanim.

O Mapa de localização da Cooperativa de Vila Maú em relação a sede do município e a capital do estado foi elaborado para facilitar a compressão da distância da cooperativa para as localidades ao quais são realizadas vendas dos produtos da agricultura, seja ela via mercados institucionais (PNAE e PAA), seja venda direta para as feiras e mercados de municípios vizinhos (Figura 11).

O vilarejo de Vila Maú é antigo na produção de alimentos, sendo que um dos primeiros da região do salgado paraense. Por esse motivo, a maioria dos agricultores da cooperativa residem no vilarejo, pois possuem a relação familiar e grau de parentesco bem presente na localidade que faz com que morem nas proximidades. Praticamente todos que são cooperados da COOPVIMA pertencem a mesma família, confirmando que a categoria da agricultura familiar é repassada entre gerações, resgatando dessa maneira a valorização e identificação deles com o campo e nas relações com a terra.

Figura 11: Mapa de localização da COOPVIMA para a sede do município e para a capital do estado.



Fonte: IBGE-2016, ITERPA-2014, Trabalho de Campo, 2017- 2018 e Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA), 2018.

A COOPVIMA iniciou a venda para os mercados institucionais do PNAE e PAA a partir do ano de 2017. Antes do surgimento da cooperativa, ela existia como Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Região da Água Doce do município de Marapamim (ASPRORAD). Esta associação havia realizado venda direta para a prefeitura em anos anteriores para a alimentação escolar.

Embora a associação realizasse vendas ao município de Marapanim e a municípios vizinhos, por motivos de gestão e falta de pagamento da prefeitura, ocorreu de agricultores ficarem desestimulados e deixaram de vender sua produção ao PNAE, ocasionado dessa forma a falência da associação. Atualmente uma parte das pessoas dessa associação (predominância das mulheres), trabalham na fabricação de biscoitos regionais que inclusive já foi inserido na alimentação escolar de Marapanim.

4.1.1 LINHA DO TEMPO CONSTRUÍDA COM OS AGRICULTORES DA COOPVIMA

Linha do tempo realizada com a COOPVIMA. Na reunião estiveram presentes 9 dos 17 cooperados, incluindo o presidente e a sua esposa (Figura 12). Foi constatado a partir da construção da ferramenta Linha do tempo, as principais eventualidades ocorridas ao longo de quase duas décadas na Vila Maú. Dentre eles, é importante ressaltar que na década de 1990 haviam poucas casas e pessoas na comunidade, e que a partir deste ano, foi iniciado as atividades para o plantio de melancia, produto de grande valor econômico para a agricultura familiar de Marapanim.

A partir dos anos 2000, foi iniciado o plantio de maracujá na comunidade. O abastecimento de água através da Secretaria de Abastecimento de Água e esgoto (SAAE) foi realizado no ano de 2002, até então, a água era somente disponibilizada por meio de poço artesiano individual nas residências. As organizações sociais Associação e Cooperativa foram fundadas no ano de 2009 e 2011, respectivamente.

Com o asfaltamento da estrada para a entrada de Vila Maú no ano de 2009, melhorou o escoamento dos produtos dos agricultores para outros municípios.

Os agricultores organizados na Associação de Produtores e Produtoras da Região da Água Doce (ASPRORAD), planejaram a produção, investiram no plantio para

fornecerem os alimentos ao PNAE e em contrapartida não receberam o pagamento do que foi vendido da prefeitura municipal de Marapanim, e por conta disso e pela ineficiência de gestão, no ano de 2016, a ASPRORAD foi finalizada. Sendo que a partir disso, a COOPVIMA foi ativada e no ano de 2017 foi realizada a primeira venda para o PNAE e PAA em Marapanim.

Os agricultores que faziam parte da associação, migraram para a cooperativa, que teve uma nova gerência e uma nova maneira de gestão de organização, baseada na solidariedade, cooperação entre os sujeitos.

A partir da construção da Linha do tempo foi identificado as transformações da agricultura no município e a adesão dos agricultores ao PNAE. Os agricultores da COOPVIMA ficaram bastantes livres para falaram e se expressarem durante a realização das perguntas e entrevistas (Figura 12 e Figura 13).

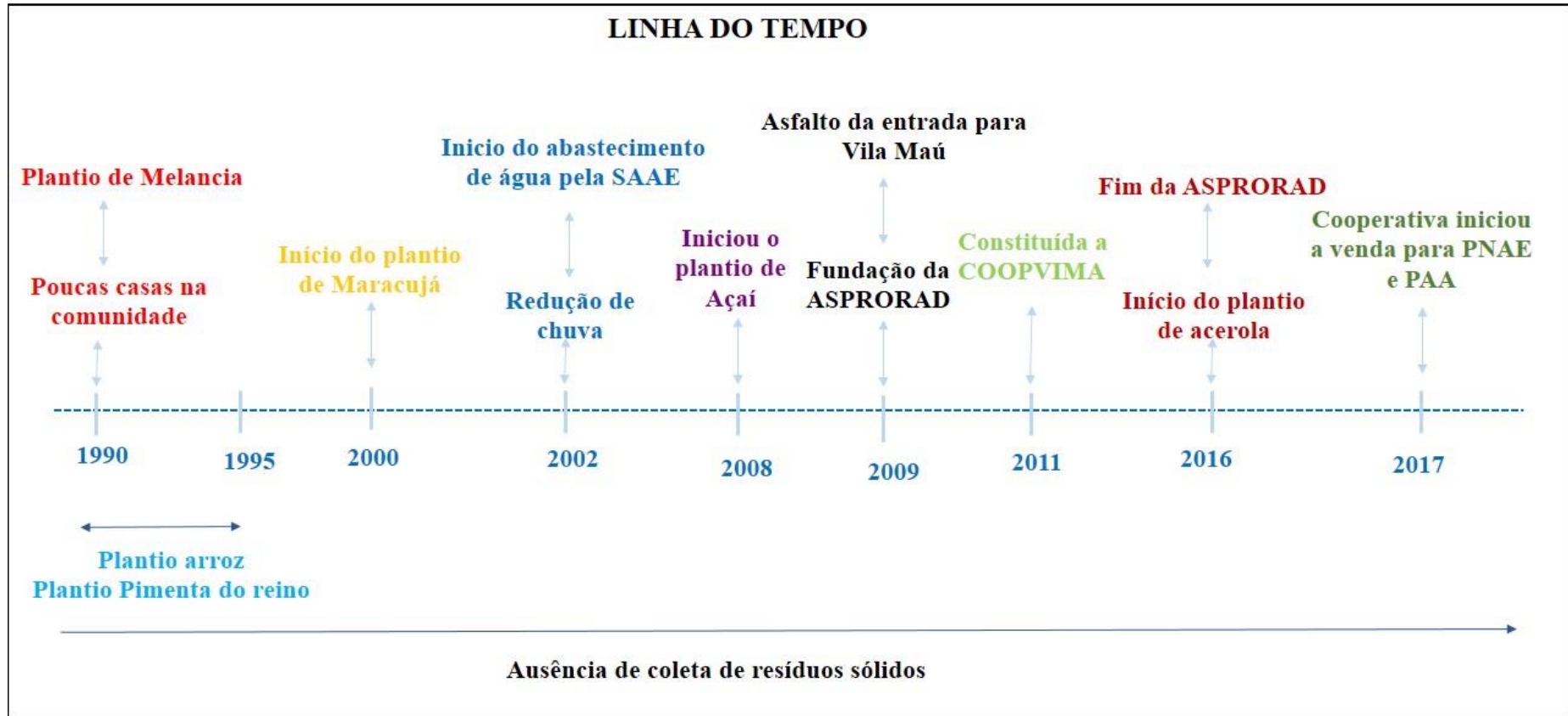
Na ferramenta Linha do Tempo foi possível identificar a transição na utilização dos recursos naturais e como estes interferem na dinâmica da comunidade local de acordo com o passar dos anos. A realização desta metodologia além de resgatar os principais acontecimentos no decorrer do tempo ela proporcionou aos participantes momentos de recordações, acontecimentos que os marcaram durante o período que foi relatado. Com isso, foi identificado que além de ser uma metodologia participativa, ela pondera os laços que não mensurados, como as recordações familiares, de convívio social.

Figura 12: Oficina do DRP com a ferramenta Linha do tempo.



Fonte: Registro da autora, 2018.

Figura 13: Linha do tempo dos agricultores de Vila Maú.



Onde: SAAE- Secretaria de Abastecimento de Água e Esgoto, ASPROAD- Associação de Produtores e produtoras da Região da Água Doce, COOPVIMA- Cooperativa Agroindustrial de Vila Maú.

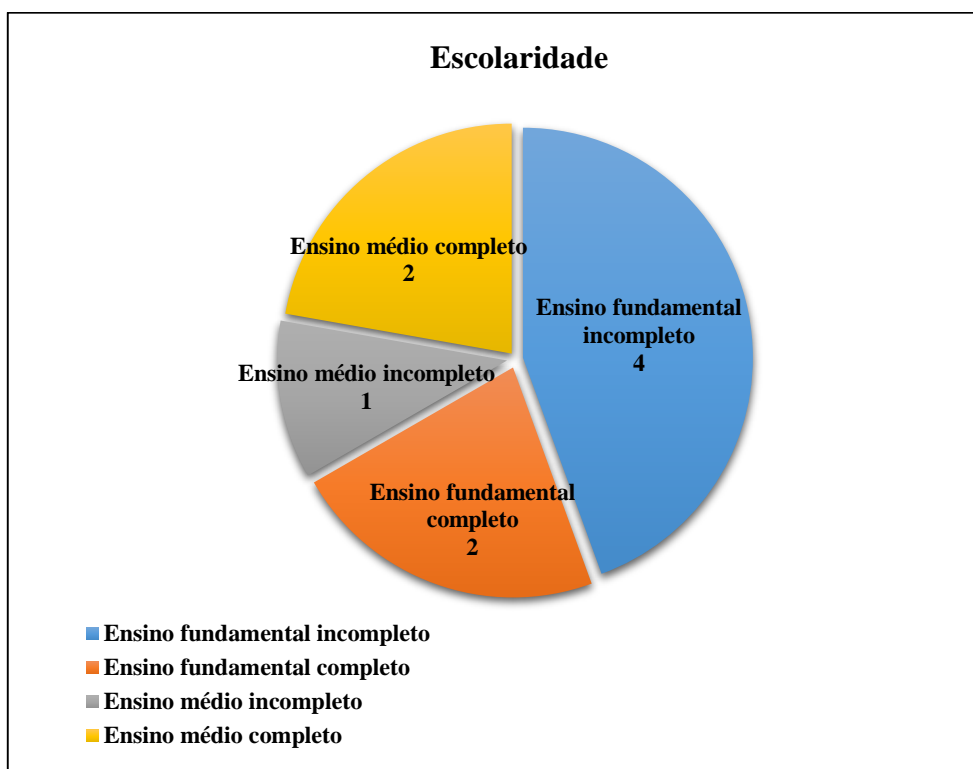
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.1.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E USO DA TERRA

Em relação aos aspectos socioeconômicos da COOPVIMA, foram geridas informações relacionados a escolaridade, o tipo de propriedade ao qual são realizadas a produção dos alimentos, como se dá a prática do preparado da área para o plantio, período que iniciaram as práticas agrícolas no município, a mão de obra predominante na propriedade agrícola, as principais práticas agrícolas utilizadas na área, os produtos que foram entregues ao PNAE e conhecimento dos agricultores em relação ao Programa de Alimentação Escolar.

Ao se considerar o aspecto escolaridade dos agricultores, a pesquisa revela uma situação em que é predominante o Ensino Fundamental Incompleto (quatro pessoas), em seguida, duas pessoas com o Ensino Fundamental completo, duas pessoas com o Ensino Médio completo e uma pessoa com o Ensino Médio incompleto (Figura 14).

Figura 14: Escolaridade dos agricultores.



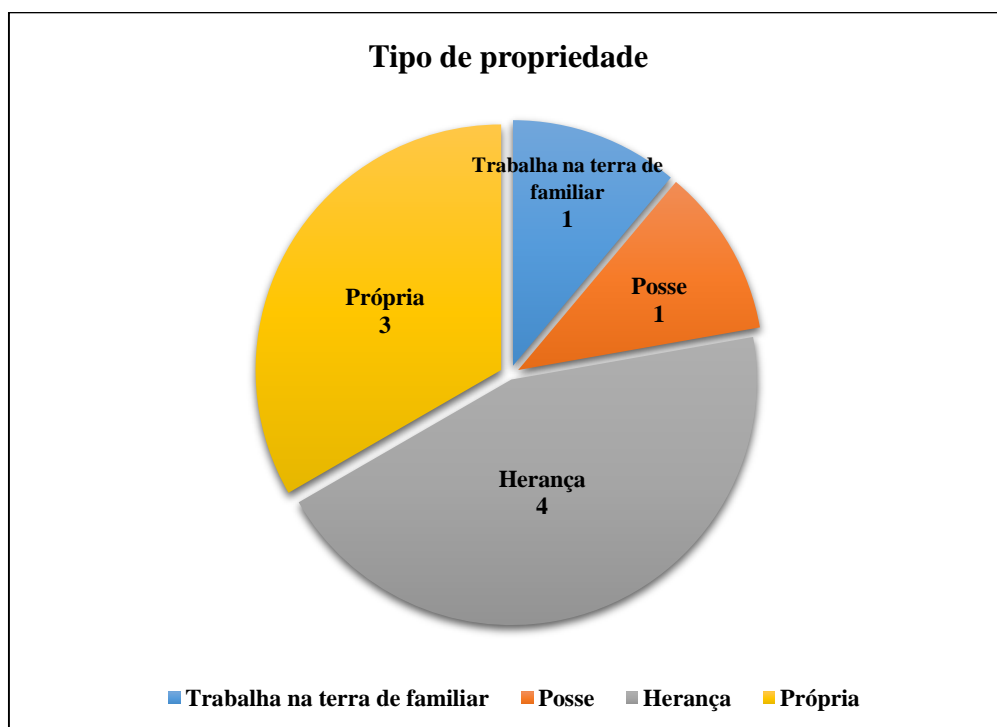
Fonte: Levantamento em campo, 2018.

Quanto à situação fundiária (Figura 15), a maioria dos agricultores possuem a propriedade proveniente de herança (quatro pessoas), isso é uma prática bastante utilizada na agricultura familiar, já que tanto a forma de trabalho, quanto a ligação com a terra são bastantes comuns de serem repassadas entre os familiares a propriedade, há casos de conflitos entre os familiares por não concordarem com os acordos definidos, ocasionando repartição de lotes e em casos extremos a venda da propriedade.

Três (3) agricultores adquiriram a propriedade de forma Própria, um (1) dos cooperados não é “filho” de Marapanim, ele era morador do município vizinho, de Castanhal, e por gostar de trabalhar com a agricultura, comprou um lote no município para iniciar as atividades na agricultura. Somente uma pessoa possui a propriedade por Posse e uma pessoa trabalha na propriedade de familiares. O tamanho da área dos estabelecimentos não foi informado por desconhecimento dos agricultores.

A posse nessa região se dá por meio de áreas que estejam abandonadas, tendo em vista, que até o ano de 2017, o município não possui o CAR e segundo o Censo agropecuário 2006, no município de Marapanim não é verificado assentados da reforma agrária.

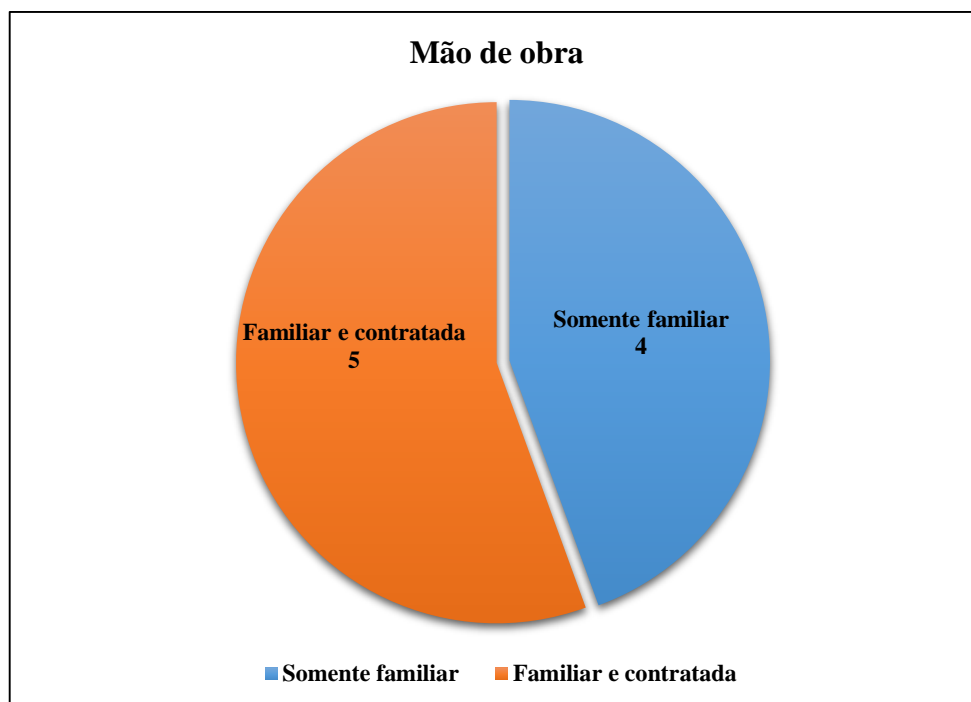
Figura 15: Tipo de propriedade que os agricultores cultivam os alimentos.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

A mão de obra predominante entre os agricultores é do tipo familiar com contratação de pessoas, cinco (5) agricultores realizam a contratação de pessoas na propriedade) e a quatro (4) agricultores relataram que a mão de obra é somente familiar, eles não realizaram a contratação de pessoas externas (Figura 16).

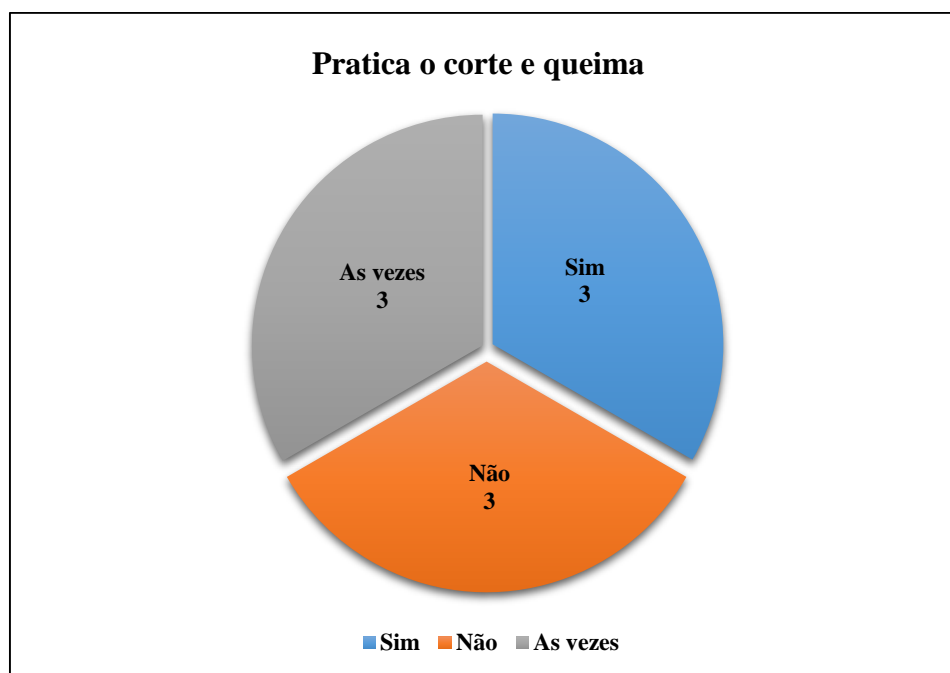
Figura 16: Tipo de mão de obra utilizada na propriedade.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

Em relação ao uso da terra, a prática do corte e queima é ainda realizada em propriedades da agricultura familiar, sobretudo na Amazônia, em especial no estado do Pará, dos agricultores, três (3) realizam a prática de cortar e queimar em sua propriedade, três (3) agricultores mencionaram que praticam as vezes e três (3) não praticam, pois entendem que existem outras alternativas mais sustentáveis que não precisam degradar tanto o solo e poluir o meio ambiente (Figura 17).

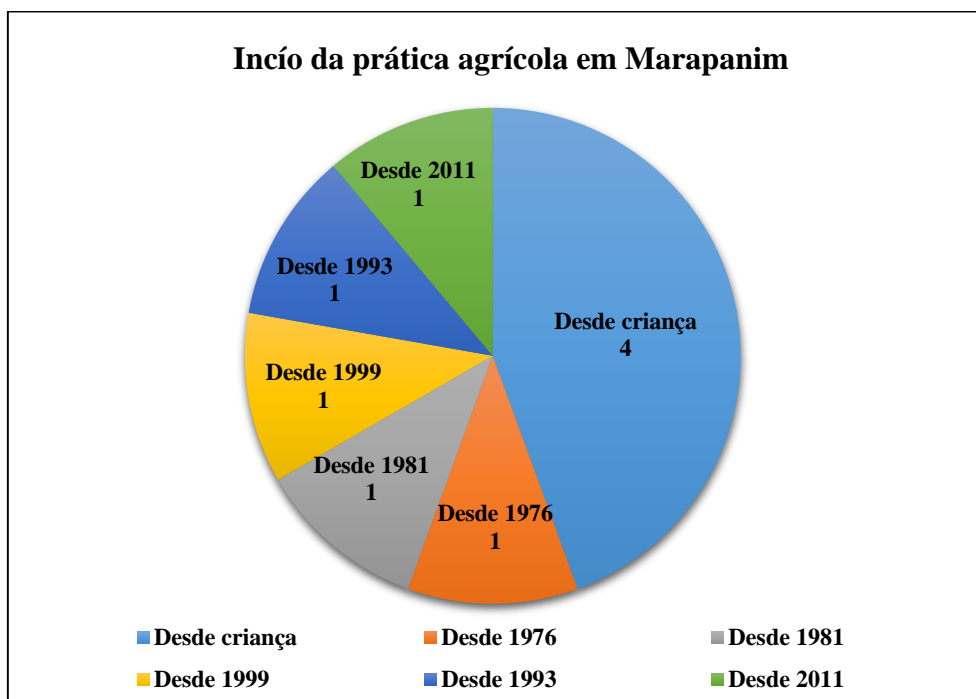
Figura 17: Quantidade de cooperados que praticam o “corte e queima” em suas propriedades.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

A iniciação das pessoas na agricultura, se dá na relação desde criança com a agricultura, com a terra, com o uso dos recursos naturais, ou seja, ela foi passada pelos seus familiares como os pais, avós, tios e tias. Quatro (4) agricultores relataram que o convívio com a agricultura se deu na infância. Os demais agricultores tiveram os primeiros contatos a partir dos anos de 1976, 1981, 1999, 1993, 2011. Demonstrando que há mais de 40 anos os agricultores vivem da agricultura, produzindo e vendendo os seus produtos (Figura 18).

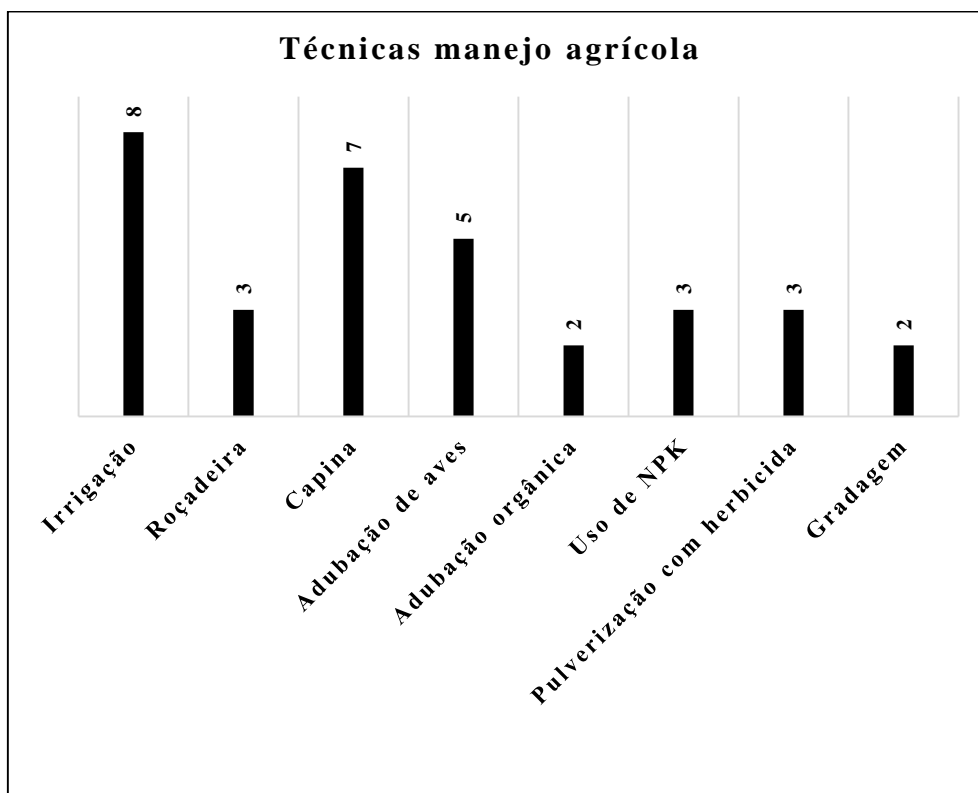
Figura 18: Período em que os agricultores iniciaram a prática agrícola em Marapanim.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

As técnicas de manejo agrícolas utilizadas pelos agricultores da COOPVIMA mais utilizadas em suas propriedades agrícolas é a irrigação, a capina, adubação de aves, aplicação de NPK, pulverização com herbicida, uso da roçadeira e da gradagem (Figura 19).

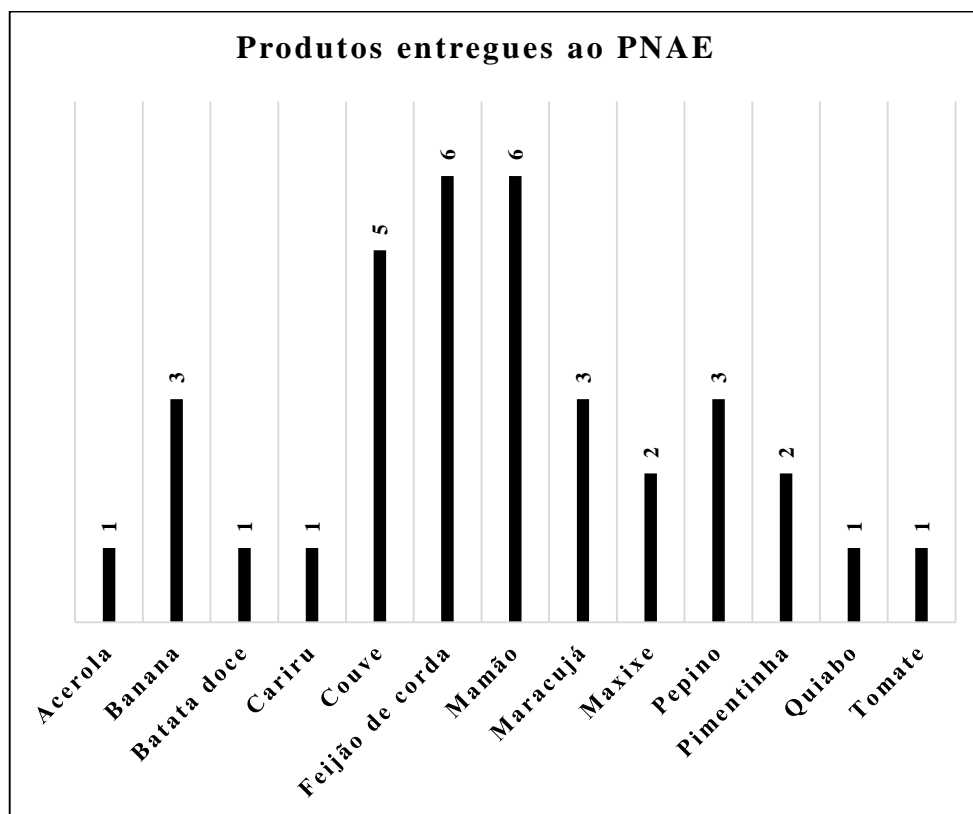
Figura 19: Técnicas de manejo agrícolas praticadas nas propriedades.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

Todos os agricultores entregaram produtos da agricultura familiar ao PNAE na chamada pública de 2017, sendo que seis (6) entregaram mamão, seis (6) entregaram feijão de corda, cinco (5) entregaram couve, três (3) entregaram banana, três (3) entregaram maracujá, três (3) entregaram pepino, dois (2) entregaram pimentinha, dois (2) entregaram maxixe, um (1) entregou acerola, um (1) entregou batata doce, um (1) entregou cariru, um (1) entregou quiabo e um (1) entregou tomate (Figura 20).

Figura 20: Produtos da agricultura familiar entregues para o PNAE em Marapanim pelos agricultores.

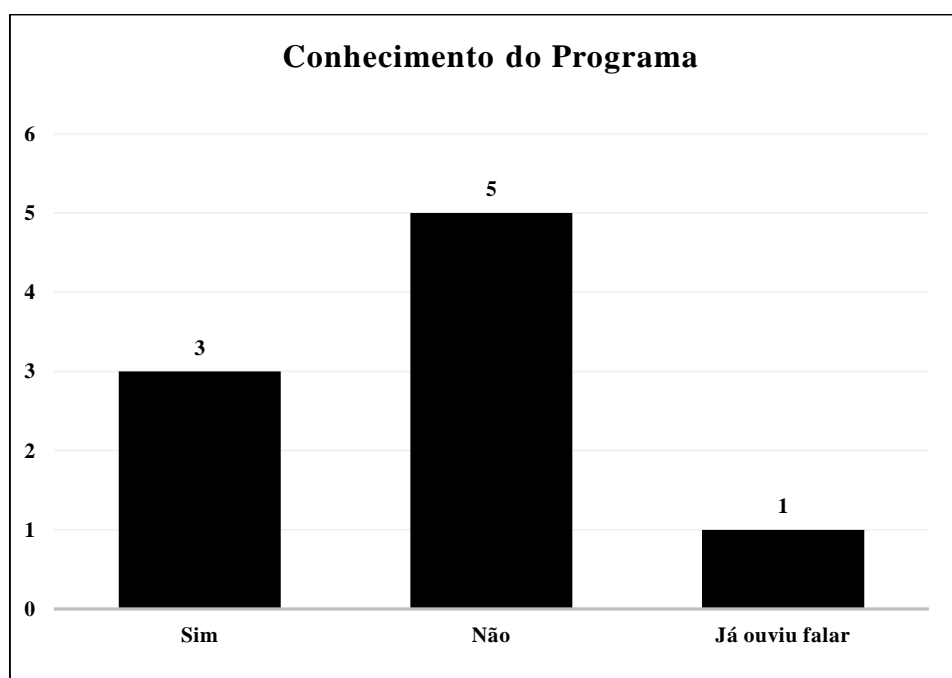


Fonte: Levantamento em campo, 2018.

Quando conversado com os agricultores da cooperativa sobre o conhecimento sobre o PNAE, cinco (5) agricultores de um total de nove (9) entrevistados relataram desconhecer sobre o PNAE, três (3) agricultores têm conhecimento do programa e um (1) agricultor já ouviu falar. Todavia quando foi perguntado sobre que informações tinha do programa, foi relatado que trata de fornecer alimentos para a alimentação escolar. Os agricultores desconhecem as diretrizes do programa, e somente tiveram conhecimento do PNAE a partir do momento que a cooperativa iniciou o fornecimento dos produtos através da chamada pública (Figura 21).

Existem dificuldades para inserir os produtos da agricultura familiar às compras institucionais, com destaque para o desconhecimento do programa por parte dos agricultores, poucos conhecem o objetivo do programa e a importância que a agricultura familiar possui para a continuidade e funcionalidade do programa (SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2015; RAMOS et al., 2017).

Figura 21: Quantidade de agricultores que conhecem o PNAE.



Fonte: Levantamento em campo, 2018.

4.1.3 COOPERATIVA

No Quadro 4 estão apresentadas as informações sobre as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da organização social da COOPVIMA. Dentre elas é relevante ressaltar que o acesso as Políticas Públicas, principalmente o PNAE e o PAA proporcionam oportunidades para que os agricultores possam vender a produção. O fato dos agricultores estarem organizados na cooperativa facilita o acesso as linhas de créditos, possuem a força de estarem organizados como empresa para facilitar e inserir os produtos no mercado.

O fato de serem cooperativa estimula o convívio social, a solidariedade, a confiança entre eles.

Quadro 4: FOFA da organização social -COOPVIMA.

Cooperativa	
Fortalezas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Preços bons para vender ao mercado 	

<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de planejar a produção para a venda • Potencial de ser empresa, tem facilidade para inserir os produtos no mercado • Organização Social • Solidariedade • Confiança entre os cooperados • Oferecer produtos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso as Políticas Públicas como o PNAE e PAA • Acesso as linhas de créditos
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Pouco tempo no mercado • Falta aprimoramento do funcionamento da cooperativa • Ausência de participação e cooperação dos cooperados nas reuniões • Ausência de pagamento da taxa dos cooperados • Ausência de conta bancária individual dos cooperados • Ausência do selo de identificação da cooperativa • Transporte terceirizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamentos de impostos e multas • Falta de conhecimento dos cooperados • Ausência de participação dos cooperados nas reuniões

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

No Quadro 5 estão apresentadas as informações sobre as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da cooperativa em relação a venda, ao acesso ao PNAE.

Devido a cooperativa iniciar as atividades a partir do ano de 2017, e ter sido a única cooperativa a ter vendido produtos da agricultura familiar para a Chamada pública do PNAE no município, foi destacado algumas informações relevantes em relação ao PNAE tomando como base ao edital lançado no ano de 2017, e a experiência que os agricultores associados a COOPVIMA tinham quando eram organizados em associação.

O desconhecimento sobre o PNAE por parte dos agricultores e a burocratização nos documentos solicitados ao edital da Chamada pública são as principais ameaças e fraquezas para que os agricultores forneçam produtos ao PNAE.

Os preços ofertados pelo PNAE são atrativos para que os agricultores comercializem ao programa, embora as vezes no edital da licitação, chamada pública estejam abaixo do preço de mercado. A segurança no pagamento aos agricultores via PNAE é uma fortaleza, pois o que aconteceu em anos passados, como não existia edital de seleção, alguns agricultores por meio de contrato com a Prefeitura forneceram os produtos e que não foram repassados o pagamento. Proporcionando que os agricultores fiquem receosos realizar a venda ao PNAE no município de Marapanim.

Para os agricultores, uma das grandes vantagens para vender ao PNAE é fornecer alimentos com qualidade, orgânicos, sem agrotóxicos para os alunos das escolas, em que muitos destes alunos são seus filhos, familiares e conhecidos, e que alguns deles até mesmo contribuíram no cultivo, na colheita destes alimentos.

Quadro 5:FOFA da cooperativa em relação ao PNAE.

PNAE	
Fortalezas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Preços melhores que o do mercado • Mercadoria de qualidade para as escolas • Produtos sem uso de agrotóxicos • Segurança no pagamento • Cooperados fornecer os alimentos para os filhos que estudam na escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Estarem organizados como cooperativa • O acesso as políticas públicas
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Na licitação, alguns produtos estarem abaixo do mercado • Os cooperados desconhecem o PNAE 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento sobre o PNAE • Burocratização no pregão de licitação, edital para a Merenda escolar do município

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

A ferramenta FOFA proporcionou extrair relevantes informações relacionadas a organização social que atua na categoria da agricultura familiar, embora tenha sido uma amostra com o estudo direcionado a COOPVIMA, foi identificado que em grande parte das estruturas das organizações sociais, sejam elas associações e/ou cooperativas, está relacionada a falta de conhecimento da funcionalidade das pessoas que atuam nesse tipo de organização, a grande fragilidade e sucesso destes grupos perpassam ao campo da informação e ao compromisso que elas assumem.

4.1.4 CALENDÁRIO AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES DA COOPVIMA

O calendário agrícola foi construído a partir da oficina e que foram levantadas as principais culturas produzidas e implantadas na comunidade à luz dos agricultores da

(<i>Cocos nucifera</i>)	Colheita	
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	Plantio	
	Colheita	
Cupuaçu*** (<i>Theobroma grandiflorum</i>)	Plantio	
	Colheita	
Feijão de vagem (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	Plantio	
	Colheita	
Feijão de corda (<i>Vigna unguiculata</i>)	Plantio	
	Colheita	
Limão (<i>Citrus limon</i> L. Burmann f.)	Plantio	
	Colheita	
Mamão (<i>Carica papaya</i>)	Plantio	
	Colheita	
Mandioca**** (<i>Manihot esculenta</i>)	Plantio	
	Colheita	
Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	Plantio	
	Colheita	
Maxixe (<i>Cucumis anguria</i>)	Plantio	
	Colheita	
Pepino (<i>Cucumis sativus</i>)	Plantio	
	Colheita	
Pimentinha (<i>Capsicum chinense</i>)	Plantio	
	Colheita	
Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>)	Plantio	
	Colheita	
Tomate Cereja (<i>Solanum lycopersicum</i> var. <i>cerasiforme</i>)	Plantio	
	Colheita	

Fonte: Elaborado pela autora, 2018. Açai* - a colheita é realizada depois de 28 meses após o plantio / Coco**- a colheita em média na região é realizada após 3- 4 anos do plantio das mudas / Cupuaçu***- o início da produção dos frutos se dá por volta dos 18-24 meses após o plantio das mudas / Mandioca****- a colheita da mandioca se realiza depois de 12 meses após o plantio das estacas.

4.1.5 A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar produz diversidade na alimentação e na forma em que estes alimentos são incorporados nos hábitos alimentares diários, assim como nas práticas produtivas, em que possuem o conhecimento empírico, do aprendizado e da prática.

No município de Marapanim foram constatados a presença do cultivo de hortas agrícolas de quintais (Figura 22) com a predominância de hortaliças folhosas: couve, cheiro verde, cebolinha (CHAVES; MANESCHY; BARBOSA, 2017).

Figura 22: Hortas de quintal com cultivo de hortaliças.



Fonte: Registro da autora, 2017.

Nas propriedades foi encontrado o plantio de leguminosas que fazem parte dos hábitos alimentares locais, com destaque para o feijão de corda (Figura 23), feijão de vagem e feijão caupi.

Figura 23: Plantio de feijão de corda



Fonte: Registro da autora, 2018.

O consórcio de plantas é bastante comum nas propriedades da agricultura familiar, esse modelo agrícola possibilita uma variedade de produtos para diversificar a renda familiar, pois podem ser inseridos cultivos perenes com temporários, agregando possibilidades de durante o ano todo ter algum produto para ser consumido e/ou comercializado. (Figura 24).

Para a agricultura familiar, sobretudo ao modelo de estrutura agroecológica, o consórcio de plantas além de agregar valor econômico com a variedade de produtos para serem comercializados e consumidos pela família e amigos, é de extrema importância para as relações ambientais, pois dentro de um consórcio, local que existe variabilidade genética de plantas, favorece que elas sejam menos suscetíveis a ataques de “pragas” ou doenças. Dessa forma não sendo necessário que o agricultor recorra a defensivos químicos ou agrotóxicos para ser utilizado na sua área de produção.

No consórcio quem sai ganhado são todas as pessoas, porque além de proporcionar uma diversidade de plantas, é possível realizar o planejamento produtivo para sempre obter renda e um solo rico, produtivo, livre de doenças.

Figura 24: Plantio de mamão consorciado com macaxeira



Fonte: Registro da autora, 2018.

O preparo de mudas é realizado em sacos de polietileno para mudas e dependendo da cultura, as mudas são realizadas em sementeiras nos próprios canteiros para o plantio (Figura 25).

Figura 25: Preparo de mudas de mamão.



Fonte: Registro da autora, 2018.

4.1.6 AS RELAÇÕES DE VENDAS DOS AGRICULTORES DE VILA MAÚ E ENTORNO

Os agricultores da comunidade de Vila Maú e vilarejos entorno da comunidade, como é o caso do Vilarajo Acaputeua, realizam durante três vezes na semana, a entrega de seus produtos para serem comercializados na feira do entroncamento, na capital paraense que são transportados por ônibus adaptados para receber os diversos produtos, dentre eles, em grande parte as hortaliças folhosas, frutas da época (exemplo, o maracujá e a melancia) e as perenes como a acerola, dentre outros produtos (Figura 27).

Figura 26: Transporte com produtos da agricultura familiar da Vila Maú para serem entregues nas feiras dos municípios do entorno e para Belém.



Fonte: Registro da autora, 2018.

4.2 O USO DOS RECURSOS NATURAIS: A PRÁTICA DO “CORTE E QUEIMA”

O uso dos recursos naturais da flora amazônica está intrinsicamente ligado na relação sociocultural de um povo, dos conhecimentos tradicionais, e é utilizada de diferentes formas. No município de Marapanim os agricultores ainda possuem uma relação com a prática de derrubar a mata, seja ela capoeira ou nativa (ICMBIO, 2014).

Existem propriedades de agricultores que fazem parte da cooperativa de Vila Maú que realizam a prática do corte e queima, muito comum na região amazônica. Na Figura 27 é identificado uma propriedade que foi derrubada uma área de capoeira pra iniciar o plantio de arroz.

Figura 27: Corte e queima em área de capoeira para plantio.



Fonte: Registro da autora, 2018.

Os agricultores que fazem o uso desta prática, acreditam que após o corte e a queima das partes da árvore, como tronco, galhos e folhagens, o solo tem mais vigor, e por conta disso, não precisa tanto fazer o uso da adubação e de inseticidas.

Apesar da região nordeste do Pará ser cenário de alguns projetos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como é o caso do

Projeto Tipitamba: “Produzir sem queimar”, ainda existe uma parcela de agricultores que não aderiram as práticas de sustentabilidades sem fazer o uso da queimada (EMBRAPA, 2001). A fragilidade nas assistências técnicas, como a EMATER e o acompanhamento de entidades competentes como a EMBRAPA, fazem com que os agricultores não sintam segurança nessa forma de tecnologia, e acabam retornando ao modo tradicional de manejo agrícola.

Dessa maneira, a alternativa mais econômica, ao ver por alguns agricultores, é prosseguir na derrubada da vegetação e posteriormente, queimar a vegetação, com isso, alguns troncos e galhos servem para serem utilizados no forno para a produção de carvão vegetal e garantir uma outra forma de renda para as famílias (Figura 28).

Figura 28: Forno para produção de carvão vegetal.



Fonte: Registro da autora, 2018.

4.3 AS RELAÇÕES DE VENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO E A FIGURA DO “ATRAVESSADOR”.

Em Marapanim existe uma Feira Coberta do município que ao longo dos últimos anos não está sendo ocupada diariamente para a venda dos produtos da agricultura familiar local. Grande parte dos agricultores não conseguem levar os produtos a serem vendidos na feira do município, devido à falta de transportes que deslocassem esses agricultores de suas propriedades e localizados em sua maioria em ramais próximos as estradas que dão acesso a sede do município.

A feira, quando realizada, acontece uma vez por mês no espaço coberto, destinado para a comercialização de agricultores locais e de alguns agricultores de municípios ao entorno de Marapanim, como o município de Curuçá (Figura 29).

Figura 29: Feira coberta do município.



Fonte: Registro da autora, 2018.

Com isso, nas ruas de Marapanim, é verificado a presença de barracas móveis com produtos da agricultura familiar tais como as hortaliças, frutas, raízes, tucupi, farinha,

entre outros, espalhadas em calçadas, ou em barracas móveis, em frente a estabelecimentos comerciais e residências durante os dias das semanas (Figura 30).

Figura 30: Bancas de vendas em frente a um supermercado no município.



Fonte: Registro da autora, 2018.

Segundo as informações da Secretaria de Agricultura e da EMATER, grande parte destes produtos são comercializados por atravessadores ou pessoas autônomas que se dirigem as propriedades dos agricultores de Marapanim e de Curuçá e realizam a compra direta para repassar ao consumidor com outros preços, na maioria das vezes superior a que os agricultores locais comercializam. Com isso, a Secretaria de agricultura, quanto a EMATER tem buscando alternativas para que os produtos dos agricultores locais sejam comercializados no município e no espaço destinado a eles que é a Feira Coberta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, é uma das políticas públicas mais atuantes e de prestígio no Brasil, sendo referência para outros países com o objetivo de oferecer uma alimentação adequada e de qualidade para os alunos da rede pública brasileira. Dessa forma, uma alimentação que incorpore as necessidades nutricionais para alunos que em sua maioria são de baixa renda, possibilita a permanência destes no âmbito escolar. Já que fatores associados aos aspectos sociais e econômicos estão atrelados para uma incidência de evasão escolar.

O PNAE além de ser uma política pública que atende a alimentação escolar, a partir da Lei 11.947 de 2009, possibilitou a inserção da categoria Agricultura Familiar para o fornecimento de alimentos com base mais saudável. Dessa forma, a pesquisa teve como escopo, levantar informações e dados oficiais no FNDE sobre a funcionalidade e execução do PNAE e a participação da agricultura familiar como fornecedora de alimentos no município de Marapanim.

Considerando a legislação que legitima as diretrizes do PNAE, a gestão do município de Marapanim não complementa com recursos próprios da prefeitura para a compra de gêneros alimentícios para o PNAE, pois os valores dos repasses do FNDE não são atualizados de acordo com a subida da inflação dos preços dos produtos que são inseridos na compra da alimentação escolar.

Diante disso, o que se tem analisado no município, é o não cumprimento do cardápio da alimentação escolar pois, além do recurso não atender a demanda da compra dos produtos, a responsável técnica se esforça para utilizar o artifício da “criatividade” na adaptação do cardápio de acordo com os itens que a gestão municipal compra da chamada pública ou compras diretas através de contratos.

Outro fator determinante para a efetividade de execução do PNAE está relacionado aos modelos de chamada pública que têm sido realizadas no município, ao qual poucos agricultores e organizações sociais tem sido beneficiados, seja pela falta de informação da chama pública, seja por meio da burocratização dos documentos.

Para o FNDE, é extremamente frágil a efetividade do PNAE quando o Conselho de Alimentação Escolar-CAE encontra inativo ou inexistente, no município o CAE não

tem sido formalizado oficialmente, atuando de forma que não está nos parâmetros exigidos pelo FNDE. Isso dificulta a execução e funcionalidade do PNAE, pois é através da prestação de contas realizadas pelo CAE que os repasses são realizados ao município.

Dessa forma, a gestão municipal de Marapanim não tem promovido o acesso dos estudantes a alimentação saudável e adequada, respeitando os hábitos alimentares locais e as exigências nutricionais de cada categoria escolar a partir dos critérios estabelecidos na legislação, devem ser elaborados cardápios diversificados respeitando os hábitos alimentares locais e a sazonalidade dos produtos.

A inserção da Agricultura Familiar através das organizações sociais locais ao PNAE tem sido um desafio para o município, embora seja um município com base na agricultura familiar, existe a presença de poucas associações e cooperativas organizadas e ativas. Esta inserção não se dá somente pela falta de organização social, se dá também pelos critérios estabelecimentos em chamada pública que dificulta o acesso dos agricultores ao PNAE.

É importante por parte da gestão, das secretarias e de assistências técnicas envolvidas com a agricultura familiar para realizar um esclarecimento aos agricultores sobre as diretrizes, ações e objetivos do PNAE no município e o papel da agricultura familiar como sujeito para a promoção do desenvolvimento local na inserção de produtos saudáveis, respeitando os aspectos sociais, culturais na alimentação dos alunos.

A produção de alimentos da agricultura familiar de Marapanim é diversificada, por ser um município privilegiado por estar em duas áreas de bastante biodiversidade, uma zona costeira marítima, e uma parte banhada por bacias hidrográficas com a predominância do rio Marapanim. No município foi identificado que existe uma agricultura bastante presente no município com uma diversificação de produtos para abastecer o programa de alimentação escolar com produtos do extrativismo vegetal e o cultivo de frutas, hortaliças, raízes. Por ser também uma região com variedade de mariscos e pescados, ricos em fontes nutritivas, é importante que esta cadeia seja estimulada para fornecer produtos para a alimentação escolar.

A gestão municipal, a Secretaria de Agricultura e a EMATER devem estar mais presentes com os agricultores para fortalecerem a cadeia produtiva com o objetivo ao fornecimento de alimentos aos mercados institucionais, dando relevância ao PNAE, que

além de promover o desenvolvimento local, contempla os alunos com uma alimentação adequada, nutritiva, de base agroecológica e orgânica.

Uma variedade de produtos inseridos na alimentação escolar, estimulará os alunos ao consumo de hábitos alimentares saudáveis por meio da elaboração diversificada e atrativa dos cardápios elaborados pela responsável técnica. É importante que os cardápios sejam elaborados tomando como referência a produção, a sazonalidade agrícola do município e as necessidades nutricionais de cada categoria escolar para promover a valorização aos hábitos alimentares locais como está previsto na legislação.

Com as considerações finais da pesquisa, conclui-se que o PNAE é uma proposta de ferramenta ao desenvolvimento local a partir da inserção da agricultura familiar como fornecedora de alimentos saudáveis para a alimentação dos alunos e de municípios como o de Marapanim, para isso, é imprescindível que a gestão municipal e os sujeitos envolvidos com o PNAE tracem perspectivas de caminharem juntos para mudar a realidade do município, seguindo as diretrizes e os objetivos estabelecidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar e o direito assegurado na Constituição Federal de 1988 que é o direito à Alimentação adequada, saudável e com quantidades suficientes à todos.

A partir do diagnóstico, o estudo apresenta uma Nota Técnica –NT (APÊNDICE G) para auxiliar a gestão municipal na execução e efetividade do PNAE no município de Marapanim, para assim, implementar estratégias para fortalecer a agricultura familiar local, como protagonista ao fornecimento de alimentos saudáveis, nutritivos para serem incorporados nos cardápios das escolas para os alunos da rede pública de Marapanim.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Secretaria de Estado de Comunicação- Governo do Pará. **Gestão da bacia hidrográfica de Marapanim é discutida na Semas**. 2017. Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/>>. Acesso em 31 maio de 2017.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA, ano 13, n.16, pp. 22-32, jan./jun. Presidente Prudente, 2010.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n. 3, jul./set. Fortaleza, 1995.

ARAÚJO, C. et al. **Estudo de caso**. Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2008.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BOISIER, S. “Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional”. In: ADDAD, P. R. et al. **Economia Regional (teorias e métodos de análise)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A, 1988.

BRAGA, E. M. F.; AZEVEDO, H. S. Segurança alimentar e nutricional: os desafios da intersectorialidade. **Revista Aval**, v. 2, n. 10, p. 57-71, Jul/Dez, 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.794, de ago. de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Brasília, DF, ago 2012.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Brasília, DF, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em 09 de maio de 2018.

_____. Número de agricultores familiares na alimentação escolar sobe 63%. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/07/numero-de-agricultores-na-alimentacao-escolar-sobe-63/@nitf_galleria>. Acesso em 13 mar. De 2018.

_____. Número de beneficiários do Pnae cresce mais de 60% em quatro anos. 2017. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/n%C3%BAmero-de-benefici%C3%A1rios-do-pnae-cresce-mais-de-60-em-quatro-anos>>. Acesso em 11 nov. de 2017.

BRASIL AGROECOLÓGICO. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo: 216-2019 / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CARVALHO, Livia Hernandez. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. Revista IDEAS, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. 2012.

CECANE UFRGS. Informe PNAE - Ata de Registro de Preço para Aquisição de Caminhão Frigorífico. 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cecaner/noticias/Informe-PNAE---Ata-de-Registro-de-Preco-para-Aquisicao-de-Caminhao-Frigorifico27_03_2015_19_28_44>. Acesso em 11 de maio de 2018.

CHAVES, L. G.; MENDES, P. N. R.; BRITO, R. R. de; BOTELHO, R. B. A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. Rev. Nutr., Campinas, v. 22, n.6, p.857-866, nov./dez., 2009. ISSN 1415-5273 e ISSN 1678-9865.

CHAVES, T. H. M; MANESCHY, R. Q; BARBOSA, W. L. R. A aquisição de Alimentos para a Alimentação Escolar em Marapanim-Pa. Revista Agroecossistemas, v. 9, n. 1, p. 147 -156, 2017. ISSN online 2318-0188. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/viewFile/4728/4397>>. Acesso em 11 de maio de 2018.

CIAPO, Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. CONTAG vê com preocupação o futuro do crédito fundiário. 2017. Disponível em: <<http://www2.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12487&mt=1&nw=1>>. Acesso em 02 de abr. de 2018.

COSTA, F. A. Capoeiras, inovação e tecnologias rurais concorrentes na Amazônia. In: COSTA, F. A.; HURTIENNE, T.; KAWAGE, C. (Org.). Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia Oriental: Resultados e implicações do Projeto SHIFT Socioeconomia. Belém, PA: UFPA, NAEA, 2006. p. 21-60.

COSTA, Carlyanne do Nascimento; CAPELLI, Jane de Carlos Santana; ROCHA, Camilla Medeiros Macedo da; MONTEIRO, Gina Torres Rego. Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 348-354, 2017.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DIEGUES, G. C. A Construção da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas: O Protagonismo do Governo Local no Brasil. Administração Pública e Gestão Social (APGS), Viçosa, v. 4, n. 4, pp. 365-380, out./dez. 2012. ISSN 2175-5787.

DOMINGUES, Mara Regina; BERNARDI, Márcia Rodrigues; ONO, Elisabete Yurie Sataque; ONO, Mario Augusto. Agrotóxicos: Risco à Saúde do Trabalhador Rural. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 25, n.1, p. 45-54, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/3625>>. Acesso em 15 maio de 2018.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. Projeto Tipitamba. 2001. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1072158/projeto-tipitamba-produzir-sem-queimar>>. Acesso em 14 maio de 2018.

FERREIRA, M. A. J. F.; SENA, E. M. N.; ARAUJO, C. L.; AQUINO, D. A. L.; PASSOS, L. R. G.; SOARES, A. C. L.; SOUZA, K. M. B.; SANTOS, D. S. S. Ferramenta participativa no manejo da agrobiodiversidade da comunidade Vereda do Mari (Sento Sé - BA). In: Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos, 2012, Belém - PA. Anais do II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos, 2012.

FOLHES, Ricardo; CANTO, Otávio; LÉNA, Philippe; BASTO, Rodolpho. Conflitos Fundiários e Reforma Agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu. Revista Passages de Paris n.12, Paris. 2016. p.304-318.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar (PNAE). O maior e mais antigo programa de alimentação escolar do mundo, com cobertura universal e gratuidade na oferta de refeições. 2012a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em 27 jul. de 2017.

_____. Caminhão Frigorífico. 2012b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/produtos/caminhoes-frigorificos/caminhoes-frigorificos-apresentacao>>. Acesso em 11 de maio de 2018.

_____. Cartilha PNAE: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/20152016. 2.ed. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas>>. Acesso em 13 mar de 2018.

_____. Sobre o PNAE. 2017a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em 24 set. de 2017.

_____. Conselho de Alimentação Escolar (CAE). 2017b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-conselho-de-alimentacao-escolar-cae>>. Acesso em 09 maio de 2018.

____Portaria Interministerial nº10 de 28 de Dezembro de 2017c: Matrículas da Educação Básica considerados no FUNDEB em 2018, estimativa da Receita Anual do Fundo e Coeficientes de distribuição dos recursos por ente Governamental. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/consultas/item/11329-2018-com-base-na-portaria-interministerial-nº-10,-de-28-12-2017>>. Acesso em 04 mar de 2018.

FROEHLICH, Elisângela. *A capacidade de “fazer diferente”*: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

GABRIEL, C. G.; COSTA, L. da C. F.; CALVO, M. C. M.; VASCONCELO, F. de A. G. de. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.25, n.3, p.363-372, maio/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n3/06.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

GAVIOLI, F. R. Multifuncionalidade da Agricultura e Território: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre. **Campo-Território**, v. 6, n. 11, 2011. Disponível em: <<Http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12069>>. Acesso em: 25 abr 2017.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Agroecologia e desarrollo rural sustentable*. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11., 2002, Seropédica. Palestra... Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002. Não publicado.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, n.1, p. 125-146, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032014000600007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 mar. 2018.

HONDA, Y. F.; GOMES, S. C.; CABRAL, E. R. Participação dos produtores familiares no PAA: estratégias de produção e comercialização em área periurbana do município de

Ananindeua, PA. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.21, n.1, p. 125-145, jan./jun. 2016.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em 6 abr. de 2017.

IBGE. 2017. Município de Marapanim. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/panorama>>. Acesso em 10 jan. de 2018.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Estudo Socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no município de Marapanim, estado do Pará. Ministério do Meio Ambiente, p.103, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas_publicas/Estudo_Socioambiental_Cria%C3%A7%C3%A3o_de_Resex_em_Marapanim_PA_2.pdf>. Acesso em 15 abr. 2018.

MAGLIO, Ivan Carlos. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2000.

MEC, Ministério da Educação. Programa de alimentação escolar completa 63 anos em 2018 atendendo a mais de 42 milhões de alunos. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=62461>>. Acesso em 09 de maio de 2018.

MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. Revista Nera, Ano 20, n. 39. Dossiê 2017. ISSN: 1806-6755. 2017.

MDSA, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Diálogo entre povos da Amazônia combate insegurança alimentar na região**. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/dialogo-entre-povos-da-amazonia-vai-combater-inseguranca-alimentar-e-ajustar-politicas-publicas-a-regiao/view>>. Acessado em 7 abr. de 2017.

MOTA JÚNIOR, João Francisco da. A Constituição cidadã e a participação social: além da cidadania uma questão de efetivação de direitos. In: Anais do XXIII Encontro Nacional

do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2013. p. 66-90. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=eb484fced33f6d6d>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do; VIANNA, Márcio de Albuquerque; RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; FRANCISCO, Daniel Neto. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: Da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. In: XVI Congresso Internacional FoMerco, 2017, Salvador- BA. Integração Regional em tempos de crise: Desafios Políticos e Dilemas Teóricos, 27-29 set., 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Em evento na OPAS/OMS. **Brasil assume metas para frear crescimento da obesidade até 2019.** 2017. Disponível em: <<http://www.paho.org/bra>>. Acessado em 7 abr. de 2017.

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Mundo do Trabalho. Novo ciclo Neoliberal no Brasil: Desmontando as Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa. Revista Pegada, vol. 18 n.1, abr. 2017.

PETERSEN, Paulo (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

PIZIO, Kely do Nascimento. *Alimentação escolar no município de Porto Alegre: possibilidades e entraves na constituição das cadeias curtas de produção e consumo.* 2013. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

PLINIO, Arruda Sampaio. La reforma agraria en América Latina: una revolución frustrada. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6, n. 16, jun/2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO. Prefeitura compra caminhão frigorífico para melhorar logística de transporte dos produtos da merenda escolar. 2015. Disponível em: < <http://www.capaobonito.sp.gov.br/prefeitura-compra-caminhao->

frigorifico-para-melhorar-logistica-de-transporte-dos-produtos-da-merenda-escolar/>.

Acesso em 11 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA. Caminhão frigorífico beneficia merenda escolar de mais de 13 mil estudantes. 2016. Disponível em: <<http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/materia.asp?id=20375&cat=12>>. Acesso em 11 de maio de 2018.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 3, set. 2008.

RABELO, A. L. D.; CORREIA, R. P.; MOURA, C. da S. S.; LIMA, R. T. de S.; BICALHO, N. P. D.; SCHEREINER, I. M. O.; MARTINS, R. G. A merenda chegou! Uma estratégia inovadora na produção e distribuição de merenda escolar em uma realidade ribeirinha amazônica. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 52-56. 2012. ISSN 2178-7085. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1836/2150>. Acesso em 11 de Maio de 2018.

RAMOS, Maiara dos Santos; MANESCHY, Rosana Quaresma; QUEIROZ, Jaqueline Fontel de; MARQUES, Maria de Nazaré Caetana; CHAVES, Tahnity Haarad Moura. Produtos da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Município de Curuçá-Pa: Desafios e Perspectivas. *Revista Agroecossistemas*, v. 9, n. 1, p. 131-146, 2017. ISSN online 2318-0188. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/4753>>. Acesso em 15 maio de 2018.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djúlia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto-GEDECON*, v.1, n. 1, 2013. ISSN: 1982-3266.

ROCHA, A. do N.; BASTOS, S. da S.; SOUZA, A. P. R.; FERREIRA, P. de S. Agroecologia como ferramenta de ensino para a sustentabilidade. *Cadernos de Agroecologia*, v. 11, n. 2, 2016. ISSN 2236-7934.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. dos (Coords.).

20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. p. 131- 148. ISBN 978-85-62102-00-4. <http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqspdfs/Livro_da_20_ano_s_Constituicao72dpi.pdf>. Acesso em 17 de jul. de 2018.

ROSSET, P. M; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. 2012. *Ecology and Society* 17(3): 17. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5751/ES-05000-170317>>. Acesso em 30 out de 2017.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu; KATO, Osvaldo Ryohei; CARVALHO, Claudio José Reis de; FIGUEIREDO, Ricardo de Oliveira. Queimar ou não queimar? De como produzir na Amazônia sem queimar. *REVISTA USP*, São Paulo, n.72, p. 90-97, dezembro/fevereiro 2006-2007.

SANTANA, A. C. de; SEQUEIRA, G. R.; OLIVEIRA, C. M. de; GOMES, S. C. Mercado institucional e agricultura urbana e periurbana em Curuçambá, Ananindeua, Pará: Oportunidades e desafios. **G&DR**, v. 13, n. 1, p. 316-338, jan-abr/2017.

SANTOS, D. dos. Políticas públicas vinculadas e sua efetividade: o caso do programa nacional de alimentação escolar (PNAE), [S.l.], v. 9, n. 1, mar. 2016. ISSN 2237-8588. Disponível em: <<http://www.ienomat.com.br/revista2017/index.php/judicare/article/view/37>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SEVILLA GUZMÁN, E; MARTINEZ ALIER, J. 2006. New social movements and agroecology. En *Handbook of Rural Studies* (Cloke P, Marsden T, Mooney P, eds.). London: SAGE Publications.

SEAD, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil, Brasil. A Sociobiodiversidade brasileira. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiv/sociobiodiversidade-brasileira>>. Acesso em 27 de mar de 2018.

SCHRÖDE, M. Desenvolvimento rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. **PRACS**, n. 3, p. 53-69, dez. 2010.

SICARD, Tomás Enrique León. AGROECOLOGÍA: DESAFÍOS DE UNA CIENCIA AMBIENTAL EN CONSTRUCCIÓN. *Agroecología* 4: 7-17, 2009.

SIQUEIRA, Jussara Cristiane Costa de. *Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Uma Perspectiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Matinhos/PR*. 2014. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

SILVA, Raimundo Pires. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. *Revista Nera*, ano 16, n. 23, jul./dez. 2013. ISSN: 1806-6755.

SILVA, Anna Flávia Miranda da; OLIVEIRA, Bruna Cristina Moreira de; BRITO, Daniela Rezende de; MARTINS, Jane Cleide Marques; SALES, Jean Kallel; LIOTTI, Karina; PENNISI FILHO, Rosário Rogério. Preocupação dos consumidores com a Alimentação Saudável. *Revista Idea*, v.6, n. 2, 2015.

SILVA AS, Sara; ALVES JÚNIOR, Almiro; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS Alair Ferreira de. A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). *Revista ESPACIOS*, v.38, n. 46, 2017. ISSN 0798 1015. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n46/a17v38n46p01.pdf>>. Acesso em 14 maio de 2018.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, VI, Aracaju. Anais... Sergipe, 2004. 15 p.

SOUZA, Liliâne Batista Barbosa de. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar; Instituto Via Pública Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no Estado de São Paulo./Maria Amélia Jundurian Corá; Walter Belik, organizadores. Instituto Via Pública, São Paulo, 2012. p. 1-104.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR*, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p.205-222, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v52s1.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

TUGOZ, J. E.; LEISMANN, E. L.; BRANDALISE, L. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMIMISTRAÇÃO, 2015. Ponta Grossa, PR. 2015. 12 p.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Notas introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial. In: MITSCHHEIN, T. A; ROCHA, G. M; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Desenvolvimento Local e o direito à cidade na Floresta Amazônica. Belém: NUMA/UFPA, 2013. 142p. p 13-37.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo local:** una estrategia de creación de empleo. Madrid, Ed. Pirámide, 1988. p. 130.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo, redes e innovación.** Lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Pirámide, 1999.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo:** Guia Prático DRP. Brasília, março, 2006.

ZEE, Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Editores Técnicos: Carmen Roseli Caldas Menezes, Marcílio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v. xxx pág, 21x30 cm. ISBN 978-85-64183-00-1.

WAGNER, Danielle; GEHLEN, Ivaldo; SCHULTZ, Glauco. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania: Conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Redes (St. Cruz Sul, Online), Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 121-145, set./dez. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 4ª Ed. São Paulo: BOOKMAN, 2010. 212 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A



Universidade Federal do Pará



Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

Núcleo de Meio Ambiente

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
 RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Tahnity Haarad Moura Chaves, Rosana Quaresma Maneschy** da pesquisa intitulada **“PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MARAPANIM, PARÁ”** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Belém, Pará, ____ de _____ de 2018

 Sujeito da Pesquisa

 Tahnity Haarad Moura Chaves (pesquisadora responsável pela pesquisa)

 Rosana Quaresma Maneschy (orientadora da pesquisa)

APÊNDICE B

Universidade Federal do Pará
Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Título do estudo: Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM)- NUMA-UFPA.

Pesquisador(a) responsável: Tahnity Haarad Moura Chaves

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, assim como responder as perguntas feitas pelo pesquisador é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Objetivo do estudo: Realizar um diagnóstico de viabilidade da inserção da Agricultura familiar local ao PNAE para o fornecimento de alimentos as escolas do município de Marapanim promovendo o desenvolvimento local sustentável a partir do acesso dos estudantes a alimentação saudável nas escolas e da geração de trabalho e renda aos AF.

Justificativa: A agricultura familiar é importante para a geração de alimentos e essencial na utilização dos recursos naturais de maneira equilibrada, com inserção de práticas sustentáveis, atreladas ao conhecimento repassado de geração para geração.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas (com realização de gravação da fala e registro de imagens), preenchimento de questionário, respondendo às perguntas formuladas que atendam o objetivo da pesquisa.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciência e de acordo do participante (sujeito da pesquisa):

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pelo(a) pesquisador(a), eu

_____,RG: _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento **em duas vias**, ficando com a posse de uma delas.

Belém (PA), ____/____/____

Assinatura do sujeito de pesquisa

Ciência e de acordo do pesquisador responsável:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Tahnity Haarad Moura Chaves (pesquisadora responsável pela pesquisa)

Rosana Quaresma Maneschy (orientadora da pesquisa)

APÊNDICE C



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente



ROTEIRO DE ENTREVISTA-AGRICULTOR FAMILIAR			
1) Nome			
2) Idade	3) Escolaridade	4) Estado civil	5) Sexo
6) A propriedade é própria, alugada, herança?			
7) Pratica a queimada?			
8) Quando e por que iniciou a prática agrícola no município de Marapanim?			
9) A mão de obra utilizada é somente família? Contratada? Quantos?			
10) Quantas pessoas residem na propriedade? Criança Adultos Idoso			
11) Qual o tipo de renda familiar e quanto é provinda do PNAE, bolsa família, aposentadoria, trabalho externo a agricultura.			

12) Quais produtos são cultivados?
13) Em média, qual a quantidade é cultivada de cada produto?
14) O agricultor faz parte de alguma Associação, Cooperativa? Por que?
15) Quais são as técnicas utilizadas para o manejo agrícola?
16) Como é adquirido os insumos como sementes, adubo, lonas, etc.
17) O Sr. (a) conhece as práticas agroecológicas e os alimentos orgânicos? Desde quando as praticam?
18) Existe o consumo familiar dos alimentos cultivados na propriedade? E com a vizinhança? Se compra no supermercado, quais seriam?
19) A produção é de subsistência e/ou comercializada? Como é realizada?

20) O Sr. (a) considera necessário aumentar a diversidade e/ou quantidade de produtos cultivados? Por que?
21) Recebe alguma orientação técnica? De quem?
22) Conhece o programa do governo PNAE (Programa Nacional de Merenda Escolar)?
23) Participaria do PNAE? Quais as razões para participar ou não no programa?
24) Quais produtos e quantidade o S.r. (a) entrega para a alimentação escolar?
25) Em sua opinião o que impede que mais agricultores participem/comercializem para o PNAE em Marapanim?

APÊNDICE D



Universidade Federal do Pará
 Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
 Núcleo de Meio Ambiente



ROTEIRO DE ENTREVISTA- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA/ EMATER/ SINDICATOS E COOPERATIVAS
1) Nome e cargo
2) Desde quando o município participa do PNAE
3) Quantas cooperativas, associações sindicatos existem no município?
4) Quantos agricultores existem no município
5) Quantos participam do PNAE?
6) Em relação à oferta e à demanda existe a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes? Por que?
7) Você tem noção do que é necessário para uma maior participação dos agricultores? Existe algo que impeça a solução desse problema? O que?
8) Em sua opinião o que impede que mais agricultores participem/comercializem para os PNAE em Marapanim?

9) Qual (s) expectativa do governo municipal em fortalecer ou incentivar a participação dos agricultores no PNAE?
10) Existem práticas agroecológicas e orgânicas no município? Quais e onde estão localizados.
11) Como é a participação das mulheres no acesso as políticas públicas, na produção e comercialização dos produtos?
12) O que o Órgão tem realizado para dar apoio e incentivar a agricultura no município?
13) Quais as dificuldades?

APÊNDICE E



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente



ROTEIRO DE ENTREVISTA- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 1) Nome e cargo
- 2) Desde quando o município participa do PNAE.
- 3) Como tem sido realizado a compra dos alimentos da agricultura familiar durante a gestão em que participa do PNAE?
- 4) A compra sempre foi realizada via edital? Se não, por que?
- 5) Na elaboração do edital é realizada algum levantamento dos produtos que os agricultores familiares do município produzem?
- 6) Como tem sido a participação do secretário de educação com os critérios para a elaboração do cardápio da alimentação escolar?
- 7) Como é a relação do secretário de educação com a prefeitura em relação ao PNAE?
- 8) Em relação à oferta e à demanda existe a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes? Por que?

9) No edital ao PNAE do município, o Sr. Secretário considera que as normas do edital estão condizentes com as normas nacionais.
10) Você tem noção do que é necessário para uma maior participação dos agricultores? Existe algo que impeça a solução desse problema? O que?
11) Em sua opinião o que impede que mais agricultores participem/comercializem para os PNAE em Marapanim?
12) Qual (s) expectativa do governo municipal em fortalecer ou incentivar a participação dos agricultores no PNAE?
13) O que a secretaria de educação, juntamente com a nutricionista do município tem realizado para que a alimentação escolar seja do agrado para os estudantes.
14) O cardápio da alimentação escolar de Marapanim já participou de alguma premiação nacional?
15) Os alunos são questionados quanto a preferência dos alimentos que são fornecidos?
16) Como é feita a estratégia na logística dos produtos da agricultura familiar para chegar até as escolas?
17) O dinheiro repassado pelo FNDE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar é o suficiente para atender os alunos? Se não, por que e o quanto deveriam ser investido mais?
18) O que o Orgão tem feito para dar apoio e incentivar a agricultura no município?
19) Como o Sr. Secretario analisa o PNAE para o desenvolvimento local do município de Marapanim?

APÊNDICE F



Universidade Federal do Pará



Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente

ROTEIRO DE ENTREVISTA- NUTRICIONISTA
1) Nome
2) Há quanto tempo a Sr ^a . trabalha com o PNAE no município, já teve outras experiências em outros lugares diretamente com o PNAE?
3) Como é realizada a elaboração do cardápio da merenda escolar?
4) Quais critérios são adotados para este cardápio?
5) Na elaboração do cardápio é avaliado os hábitos alimentares locais (como o consumo de pescados) e a sazonalidade dos produtos? Quais?
6) É inserido o consumo de frutas <i>in natura</i> como recomendado de no mínimo 3 vezes por semana aos alunos? Quais?
7) Existe um cardápio diferenciado para crianças que possuem alguma restrição alimentar? Como é adotado?

<p>8) Existe a participação de pais, gestores e alunos na elaboração do cardápio? O que a Sr^a. considera sobre isso?</p>
<p>9) Considera importante que exista mais alimentos da agricultura familiar com a diversidade de produtos para a alimentação escolar?</p>
<p>10) É realizado algum acompanhamento dos órgãos institucionais locais, da técnica (nutricionista), CAE, com os agricultores que fornecem os alimentos para as escolas? Visita a propriedade, parceria com cursos de capacitação de boas práticas de manejo, armazenamento? E de que forma é realizada?</p>
<p>11) Como é a relação do nutricionista com os sujeitos (agricultores, órgãos institucionais, professores, pais, alunos) com o PNAE no município?</p>
<p>12) Qual é o tipo de armazenamento que o município tem para o recebimentos destes alimentos?</p>
<p>13) Existe um acompanhamento da nutricionista na preparação dos cardápios nas escolas com as merendeiras</p>
<p>14) De que maneira a Sr^a. analisa o PNAE como uma ferramenta ao desenvolvimento local?</p>

APÊNDICE G

NOTA TÉCNICA - NT

1. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica é derivada de pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Constitui produto da dissertação intitulada “O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MARAPANIM, PARÁ” e tem por finalidade servir à aplicação do conhecimento consolidado no trabalho científico como retorno à sociedade.

A NT é a proposta de produto de mestrado realizada após o diagnóstico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Marapanim no estado Pará e a agricultura familiar local.

2. O OBJETIVO

O objetivo desta Nota Técnica (NT) é oferecer proposições que possam contribuir para processos de tomada de decisões na esfera pública voltados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Marapanim, Pará. A metodologia aplicada na pesquisa da qual esta Nota é decorrente foi baseada na abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo e exploratório. Utilizou-se o estudo de caso como método de investigação, o qual favoreceu a compreensão de como de como tem sido executado o PNAE no município de Marapanim. Buscou-se diversas fontes de informações, aplicando para esse fim as técnicas de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

3. ANÁLISE

O PNAE no município de Marapanim tem realizado o cumprimento das diretrizes do PNAE para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar local para abastecer a alimentação escolar. O que tem sido analisado que existe uma burocratização de elementos configurados nos editais de chamada pública da agricultura familiar que

prejudicam o acesso destes aos editais, assim como uma falta de informação sobre o PNAE e a importância das organizações sociais como protagonistas nas tomadas de decisão e participação nas políticas públicas.

A falta de organização social é um agente que dificulta que as pessoas tenham acesso aos programas do governo, assim como também de uma gestão mais participativa por parte do poder público, que ao mesmo tempo que tem o objetivo de beneficiar as pessoas, acaba tornando excludente a partir do momento que não proporciona a transparência dos editais de chamada públicas no município de Marapanim referentes a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar proveniente da agricultura familiar.

4. CONCLUSÃO

Com base nas proposições acima descritas espera-se que os resultados desta Nota Técnica auxiliem a execução do PNAE no município de Marapanim de forma que as pessoas atendidas pelo programa de fato tenham a alimentação atendida com alimentos da agricultura familiar local. Assim como seja um documento que auxilie a gestão local a buscar alternativas e superação aos atuais desafios referentes ao atendimento de alimento as escolas.

Dessa forma, sugere-se que:

- A gestão do município por parte da Prefeitura de Marapanim complemente com recursos financeiros a compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar local;
- Documentação do edital de Chamada Pública para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar esteja de acordo com a documentação de orientação prevista no PNAE;
- Disponibilizar publicação da Chamada Pública nas secretarias municipais, no site da prefeitura, no site do FNDE antes dos prazos serem encerrados. Devido ao município possuir grande extensão geográfica, foi identificado que existe dificuldade em algumas localidades relacionada a comunicação através por redes de celulares e internet, dessa forma utilizar todos os canais de comunicação

possíveis, como rádio local são estratégias para que todos os agricultores possam estar informados sobre a Chamada Pública que os beneficiam;

- Prestação de contas e compras disponíveis no portal da Transparência e disponíveis para todos aqueles que o solicitarem;
- Realização de convênio com o FNDE para a compra de caminhão frigorífico para abastecer a alimentação dos alunos nas escolas;
- Criação de sistema de informação e comunicação disponíveis em meio público de assuntos relacionados ao PNAE e agricultura familiar;
- Realização de banco de dados com informações de agricultores e produtos ao PNAE;
- Criação de uma coordenação diretamente responsável para acompanhar as diretrizes da alimentação escolar com a participação do CAE, sociedade civil e pais de alunos.